



Escola de Comunicação e Artes

Curso de Mestrado em Gestão dos Media Digitais

**PLATAFORMAS DIGITAIS DE VERIFICAÇÃO DE FACTOS PÚBLICOS EM
MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA “CREDIVEL” (2023-2024)**

Candidato: Azael Edson Moiana

Maputo, Junho de 2025

Escola de Comunicação e Artes

Curso de Mestrado em Gestão dos Media Digitais

**PLATAFORMAS DIGITAIS DE VERIFICAÇÃO DE FACTOS PÚBLICOS EM
MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA “CREDIVEL” (2023-2024)**

Dissertação de Mestrado apresentado à Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, enquanto requisito parcial para a obtenção do grau académico de Mestre em Gestão dos Media Digitais.

Candidato: Azael Edson Moiana

Orientadora: Profa. Doutora Sílvia Afonso

Maputo, Junho de 2025

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que a mesma constitui o resultado do meu labor. Esta dissertação é apresentada em cumprimento do requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Media Digitais pela Universidade Eduardo Mondlane.

Cidade de Maputo, 30 de Junho de 2025

Assinatura do estudante

Azael Edson Moiana

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Luara Azael Moiana, Hendrick Azael Moiana e Marvin Azael Moiana!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Prof. Doutor Azarias Azael Moiana e Odete Manuel Cumba (*in memoriam*) pelo dom da vida!

À minha esposa, Engra. Vânia Alberto, pelo carinho, compreensão e companheirismo.

Ao Prof. Doutor Manuel Matine, Prof. Doutor Castigo Álvaro Cossa que muito contribuíram e apoiaram-me nesta jornada.

À Profa. Doutora Sílvia Afonso pela orientação atenta e dedicada.

EPIGRAFE

“No capitalismo de vigilância, a verdade é frequentemente um subproduto, não um valor central”

Zuboff, S. 2019

RESUMO

O presente estudo, intitulado “Plataformas de verificação de factos públicos em Moçambique: Uma análise da eficácia da “Credível” (2023-2024)”, teve como propósito compreender o papel das plataformas de verificação de factos públicos no provimento de informação verídica em Moçambique. Especificamente, buscou *i*) identificar as plataformas de verificação de factos públicos na perspectiva de vários autores; *ii*) descrever a funcionalidade da plataforma digital de verificação - “Credível”; *iii*) examinar a eficácia da “Credível” no provimento de informação verídica em Moçambique; e *iv*) sugerir estratégias para uma comunicação pública adequada ao contexto moçambicano na era digital. Para alcançar estes objectivos, adoptou um quadro metodológico de natureza mista, combinando abordagens qualitativa e quantitativa com recurso às técnicas de análise de conteúdos, entrevistas semi-estruturadas, observação e inquérito por questionário, desde a concepção do projecto, recolha de dados até a discussão de resultados da pesquisa. Do ponto de vista teórico, o estudo fundamenta-se em modelos de comunicação pública no ambiente digital, defendidos por Jenkins (2009), Castells (2002), Lévy (1999), Gilster (1997), entre outros. Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos inquiridos (68,4%) não usa e nem reconhece a “Credível” como plataforma de verificação de factos e garante da informação verídica no ambiente digital, sendo que 31,6 % demonstrou ser usuário que a reconhece como tal. Os resultados do estudo demonstram igualmente, as limitações da plataforma, relacionadas à dependência do governo para o seu funcionamento, fragilidades metodológicas, linguagem excessivamente técnica e uso irregular por parte dos utentes. Assim, torna-se crucial diversificar formatos e canais de divulgação, estimular parcerias envolvendo actores independentes para criação de plataformas de verificação de factos públicos e promover continuamente a literacia mediática, assegurando maior impacto, autonomia, imparcialidade e sustentabilidade das plataformas.

Palavras-chave: Comunicação digital. Literacia digital. Desinformação. Verificação de factos. Plataforma Credível.

ABSTRACT

The present study, entitled “Public Fact-Checking Platforms in Mozambique: An Analysis of the Effectiveness of “Credível” (2023–2024)”, aimed to understand the role of public fact-checking platforms in providing truthful information in Mozambique. Specifically, it sought to: *i*) identify public fact-checking platforms from the perspective of various authors; *ii*) describe the functionality of the digital fact-checking platform “Credível”; *iii*) examine the effectiveness of “Credível” in providing truthful information in Mozambique; and *iv*) suggest strategies for public communication adapted to the Mozambican context in the digital era. To achieve these objectives, the study adopted a mixed-methods framework, combining qualitative and quantitative approaches and making use of content analysis, semi-structured interviews, observation, and questionnaire surveys, from project design through data collection to the discussion of research findings. From a theoretical perspective, the study is grounded in models of public communication in digital environments, as advanced by Jenkins (2009), Castells (2002), Lévy (1999), Gilster (1997), among others. The findings show that the majority of respondents (68.4%) neither use nor recognize “Credível” as a fact-checking platform or as a guarantor of truthful information in the digital environment, while 31.6% reported being users who recognize it as such. The results also highlight the platform’s limitations, including dependence on the government for its operation, methodological weaknesses, overly technical language, and irregular use by users. Consequently, it is crucial to diversify dissemination formats and channels, foster partnerships involving independent actors to establish public fact-checking platforms, and continuously promote media literacy, ensuring greater impact, autonomy, impartiality, and sustainability of such platforms.

Keywords: Digital communication. Digital literacy. Disinformation. Fact-checking. Credível Platform.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo da composição da Amostra.....	39
Tabela 2: Ilustração das publicações da “Credível” em 2023-2024	50
Tabela 3: Quadro de análise comparativa	67
Tabela 4: Eixo 1: Reestruturação institucional da plataforma “Credível”	75
Tabela 5: Eixo 2: Descentralização da verificação	75
Tabela 6: Eixo 3: Promoção de literacia mediática e educação digital	76
Tabela 7: Eixo 4: Sustentabilidade e fortalecimento da confiança pública	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nível de conhecimento da “Credível”	44
Figura 2: Ilustração da página web da “Credível”	46
Figura 3: Ilustração da página de Facebook da “Credível”	49
Figura 4: Evolução comparativa dos anos 2023-2024 das publicações mensais na “Credível”..	53
Figura 5: Análise comparativa de cesso a internet em Moçambique, Angola e Zimbabwe	70
Figura 6: Comparação das perspectivas sobre a “Credível”	73

SIGLAS E ABREVIATURAS

GABINFO - Gabinete de Informação

GSMA - Global System for Mobile Communications Association

IA - Inteligência Artificial

IFCN - International Fact-Checking Network

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

INDICE

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
EPÍGRAFE.....	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
SIGLAS E ABREVIATURAS	x
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1 Delimitação espacial e temporal do estudo.....	3
1.2 Problema de Pesquisa	3
1.3 Justificativa	4
1.4 Objectivos do Estudo	5
1.4.1 Geral	5
1.4.2 Específicos.....	5
1.5 Estrutura do trabalho.....	5
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1 Comunicação digital	10
2.1.1 Modelos de comunicação digital	13
2.1.2 Comunicação pública	13
2.1.3 Comunicação pública no contexto moçambicano	14
2.1.4 Desafios da comunicação pública digital no contexto moçambicano	16
2.1.5 Comunicação pública digital	17

2.1.6	Desafios da comunicação pública digital em Moçambique	18
2.1.7	Estratégias de comunicação digital.....	18
2.2	Plataformas digitais.....	19
2.2.1	Plataformas digitais de verificação de factos	20
2.2.2	As plataformas de verificação de factos no contexto africano	20
2.2.3	Plataformas de verificação de factos no contexto moçambicano	21
2.2.4	Fundamentos da verificação de factos.....	22
2.2.4	Metodologias de verificação de factos	22
2.3	Literacia digital	23
2.3.1	Dimensões da literacia digital	24
2.3.2	Literacia digital e cidadania.....	25
2.3.3	Literacia digital e a comunicação	26
2.3.4	Literacia digital e seus desafios	26
2.3.5	Literacia digital no contexto da comunicação pública	27
2.3.6	Literacia digital no contexto moçambicano.....	28
2.4	Desinformação no ecossistema digital.....	29
2.4.1	<i>Deep Fake</i>	31
2.4.2	Desinformação e ecossistema digital.....	32
2.4.3	Impactos da desinformação	32
2.4.4	Impactos da desinformação no contexto da comunicação pública em Moçambique 34	
2.4.5	<i>Fake news</i> em Estados de Direito Democrático	35
2.4.6	A verificação de factos em Moçambique	35
2.4.7	Tecnologias no <i>fact-checking</i>	36
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA PESQUISA		38

3.1	Tipo de pesquisa.....	38
3.2	Métodos e técnicas de pesquisa	38
3.2.1	Seleção dos participantes da pesquisa	38
3.2.2	Recolha e análise de dados	39
3.2.3	Revisão bibliográfica e pesquisa documental.....	39
3.2.4	Inquérito por questionário	40
3.2.5	Entrevista semi-estruturada	40
3.2.6	Observação directa	40
3.2.7	Análise de conteúdo.....	41
3.2.8	Integração metodológica.....	41
3.3	Considerações éticas na pesquisa.....	41
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS		43
4.1	Apresentação e análise de dados colectados	43
4.1.1	Apresentação da Plataforma “Credível” como objecto de Estudo	43
4.1.2	Apresentação de dados recolhidos sobre a Plataforma “Credível”	45
4.1.3	Conhecimento sobre <i>fact-checking</i>	45
4.1.4	Conhecimento sobre “Credível”.....	46
4.1.5	Percepções sobre clareza, eficácia e navegabilidade da “Credível”.....	47
4.1.6	Padrões de desinformação	47
4.1.7	Estratégias e expectativas do público	48
4.1.8	Análise da “Credível” com base na observação	48
4.2	Apresentação e discussão dos resultados obtidos	54
4.2.1	Diagnóstico integrado do ecossistema de <i>fact-Checking</i> em Moçambique	55
4.2.2	Fragilidade do ecossistema de verificação	57

4.2.3	Percepções sobre a “Credível”	59
4.2.4	Dependência do governo	60
4.2.5	Linguagem técnica.....	61
4.2.6	Ausência de articulação entre a plataforma com outros actores.....	61
4.2.7	Legitimidade da plataforma e percepção pública	62
4.2.8	Literacia, tempo de resposta e práticas jornalísticas.....	63
4.2.9	Descentralização, formação e articulação em rede.....	64
4.2.10	Perspectiva institucional da “Credível”	65
4.2.11	Quadro de análise comparativa	67
4.2.12	Perfil de conectividade e acesso digital em Moçambique	70
4.2.13	Plano de reforço da verificação de factos públicos em Moçambique	75
4.2.14	Observações gerais	77
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES		78
5.1	Conclusões	78
5.2	Recomendações	79
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		82
APÊNDICES		85
ANEXOS		98

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Parte-se de princípio que todos os profissionais de comunicação percebem que o avanço tecnológico e a popularização das plataformas digitais trouxeram transformações significativas na forma como a informação é produzida, distribuída e consumida. Paralelamente às inovações, sabe-se que emergem desafios como a desinformação, considerada um fenómeno que compromete a credibilidade das notícias, impactando directamente nos processos democráticos e, portanto, a coesão social. No contexto global marcado pela expansão das redes sociais e adopção acelerada de dispositivos conectados à internet, a proliferação de *fake news* tornou-se ameaça concreta, demandando respostas sistemáticas e inovadoras.

Num contexto global marcado pela expansão das redes sociais e pela adopção acelerada de dispositivos conectados à internet, a proliferação de *fake news* tornou-se uma ameaça concreta às democracias contemporâneas. Segundo o Reuters Institute (2025), 58% dos jovens entre 14 e 24 anos afirmam ter consumido informações falsas *online* em 47 países, confirmando que a desinformação é um fenómeno transnacional, com efeitos diferenciados consoante o grau de literacia digital e de acesso a fontes fiáveis.

Apesar de ser considerado Estado periférico¹, ao analisar-se a Estratégia Nacional de Banda Larga (2017-2025), percebe-se que Moçambique apresenta desafios associados a rápida expansão do acesso à internet, combinada com baixos níveis de literacia digital, o que amplia a vulnerabilidade à desinformação, especialmente em períodos de crise política e económica.

Deste modo, a criação da Plataforma “Credível”, em Novembro de 2020, pelo Gabinete de Informação (GABINFO), representa uma alternativa para mitigar os impactos negativos das *fake news* de factos públicos. Contudo, a sua operacionalização demanda desafios estruturais que reflectem o alcance e a eficácia das suas acções. Entre os desafios da Plataforma “Credível”, vale destacar: *a)* Insustentabilidade financeira; *b)* Imparcialidade e; *c)* Incapacidade de alcançar contextos rurais, nas regiões em que o acesso à informação digitalizada é limitada.

¹ Segundo as teorias do sistema-mundo (Wallerstein, 1974; Amin, 1976), caracterizado por uma economia dependente, baixa industrialização e vulnerabilidade estrutural.

A presente pesquisa buscou compreender o grau de eficácia da Plataforma “Credível” e propor soluções sustentáveis para aprimorar a verificação de factos públicos em Moçambique. Sobre a pertinência da pesquisa, basta perceber que o *fact-checking* tem se consolidado como um mecanismo para salvaguardar a integridade de informação em Estados do Centro, pelo que requer adaptações às realidades periféricas, como em Moçambique.

Ao concentrarmo-nos na História, possibilidades, desafios e perspectivas da Plataforma “Credível”, no contexto moçambicano, espera-se contribuir para o fortalecimento do ecossistema mediático e promoção de comunicação transparente, inclusiva e resiliente. Portanto, acredita-se puder apresentar singela contribuição para o sector de media, buscando consolidar o Estado de Direito Democrático.

A relevância do trabalho reside, igualmente, na possibilidade de introdução de um debate académico necessário e possível sobre o combate à desinformação em contextos de vulnerabilidade de informação. A partir de abordagem interdisciplinar que combina comunicação, tecnologia e literacia digital, buscou-se não apenas compreender as limitações actuais da Plataforma “Credível”, mas também propor soluções adaptadas às especificidades culturais, económicas e tecnológicas de Moçambique.

Do ponto de vista académico, espera-se que a pesquisa contribua para o avanço do conhecimento sobre *fact-checking* nos contextos de Estados periféricos na economia-mundo, em que as limitações estruturais e socioeconómicas demandam abordagens inovadoras. No campo pragmático, com as contribuições geradas pelo presente trabalho, espera-se que orientem as políticas públicas, capacitem profissionais de media e desenvolvam tecnologias adaptadas às necessidades locais.

Quiçá o trabalho possa contribuir para a construção de um ambiente de informação confiável e fortalecer as bases democráticas em Moçambique, reafirmando o papel da verificação de factos públicos como ferramenta indispensável na Era digital. Por conseguinte, em função das linhas de pesquisa norteadoras do curso de Mestrado em Gestão dos Medias Digitais, o presente trabalho enquadra-se na Linha de Gestão, nomeadamente: “Perspectiva de Gestão de Medias Digitais”.

1.1 Delimitação espacial e temporal do estudo

Quanto ao espaço, a pesquisa apresenta a seguinte delimitação: Província de Maputo, Sofala e Nampula. A ideia foi trabalhar na dimensão político-administrativa que geograficamente inclui as capitais provinciais de Moçambique, correspondente as cidades de Maputo, Beira e Nampula. Sobre a delimitação temporal, o estudo tem como marco inicial 2023, marcado pela realização das VI Eleições Autárquicas em Moçambique, durante as quais, se registou um aumento significativo de circulação de informações manipuladas, desinformação e campanhas de descredibilização nas plataformas digitais. O marco final em 2024, justifica-se por se ter verificado uma escalada de violência no período pós-eleitoral, agravado pela polarização social e exposição das fragilidades do ecossistema de informação em Moçambique.

1.2 Problema de Pesquisa

A desinformação, especialmente em contextos de baixa literacia digital e desigualdades económicas, representa um obstáculo significativo para o fortalecimento do Estado de Direito Democrático e a garantia de um ambiente de informação de confiança. Em Moçambique, apesar da crescente entrada da internet, persistem desafios relacionados ao acesso desigual à tecnologia e à educação digital, agravados por disparidades socioeconómicas. A Plataforma “Credível”, criada com o objectivo de combater as *fake news*, enfrenta limitações estruturais que comprometem sua eficácia, incluindo dependência financeira do governo, suspeita de parcialidade e baixo alcance em áreas rurais.

A realidade económica de Moçambique caracterizada por altas taxas de desemprego (áreas urbanas com 28,9% e zonas rurais 11,4% - INE) e limitações no financiamento à projectos tecnológicos, dificulta a sustentabilidade de iniciativas de *fact-checking*. Socialmente, a diversidade cultural e linguística demanda soluções adaptadas, capazes de alcançar comunidades com diferentes níveis de acesso à informação e educação. A par destas características, o facto de a sociedade moçambicana ser constituída maioritariamente por jovens potenciais “consumidores” de informação, torna o presente tema pertinente. Em função destas constatações, apresenta-se a seguinte pergunta de pesquisa: *Como é que a verificação de factos públicos em Moçambique pode garantir o provimento de informação “verídica” ao público em geral?*

1.3 Justificativa

A escolha do presente tema justifica-se por motivos científicos, pois o avanço das tecnologias digitais e a crescente penetração da internet em Moçambique criaram novas oportunidades para o acesso à informação, mas também exacerbaram os desafios relacionados à disseminação da desinformação. Conforme argumentado por Castells (2002), a sociedade em rede amplifica não apenas a capacidade de disseminação da informação, mas também os riscos associados à manipulação. Por exemplo, os riscos de manipulação se agravam em contextos como Moçambique, em que a desigualdade no acesso à tecnologia e os baixos níveis de literacia digital tornam grande parte da população vulnerável às *fake news*.

O impacto das *fake news* no contexto político, social e económico de Moçambique é significativo, especialmente em momentos de crise ou eleições, como teorizado por Empoli (2019), que explora como as narrativas manipuladas podem distorcer o entendimento público e influenciar decisões extremas. Neste sentido, torna-se imperativo compreender e fortalecer mecanismos que combatam a desinformação de forma eficaz e adaptada às realidades de Moçambique.

A Plataforma “Credível”, enquanto iniciativa pública pioneira em Moçambique, depara-se com limitações que reflectem as particularidades endógenas, quanto desafios exógenos do *fact-checking*. Por exemplo, a dependência financeira do governo, conforme ilustrado por Brochado et al. (2013), e a falta de modelo operacional independente são barreiras críticas que comprometem a credibilidade e a eficácia da plataforma. Igualmente, a limitação de profissionais de comunicação nas zonas rurais, maioritariamente caracterizadas por diversidade cultural e linguísticas, para o acesso às iniciativas de *fact-checking*, evidencia a necessidade de estratégias de inclusão digital, em Moçambique.

A par desses motivos científicos, cabe apresentar a justificativa profissional e sociocultural. No âmbito profissional, acumulo cerca de 15 anos de experiência em Comunicação Institucional, período no qual tenho observado, de forma recorrente, o tempo desperdiçado na triagem manual entre informações fidedignas e informações falsas. Neste contexto, o estudo enquadra-se no desafio de compreender e otimizar a gestão de tempo na filtragem de conteúdos institucionais.

Portanto, a motivação sociocultural remonta à minha infância, marcada pela convivência com pai professor universitário de línguas estrangeiras e mãe contabilista bancária. A diversidade de informação que consumia através da educação informal no ambiente familiar, impunha dois desafios principais: primeiro, a necessidade de distinguir os conteúdos conforme as áreas de actuação profissional dos meus pais; segundo, encerrar novas fontes de informação, como a então emergente internet. Ou seja, esta pesquisa representa uma tentativa de responder inquietações formadas desde a infância, relacionadas à compreensão, organização e validação de informação.

1.4 Objectivos do Estudo

1.4.1 Geral

Compreender as plataformas de verificação de factos públicos como garante do provimento da informação “verídica” em Moçambique.

1.4.2 Específicos

- Identificar as plataformas de verificação de factos públicos, na perspectiva de vários autores.
- Descrever a funcionalidade da plataforma digital de verificação de factos públicos em Moçambique - “Credível”.
- Examinar a eficácia da “Credível” no provimento da informação verídica em Moçambique.
- Sugerir estratégias para uma comunicação pública adequada ao contexto moçambicano na Era digital.

1.5 Estrutura do trabalho

A presente dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos principais, para além dos elementos pré-textuais e pós-textuais. Permitam-me informar que o número de capítulos foi definido com o intuito de assegurar a clareza expositiva e rigor científico do trabalho. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento geral da investigação, formulando o problema de pesquisa, a sua relevância científica, profissional e sociocultural, bem como os objectivos que nortearam o estudo. Neste ponto, evidencia-se a pertinência de analisar a eficácia da “Credível” no combate à

desinformação em Moçambique, situando o tema no debate mais amplo sobre literacia digital e comunicação democrática.

O segundo capítulo corresponde à revisão da literatura, na qual se sistematizam as principais abordagens teóricas e conceptuais que fundamentam a pesquisa, abrangendo a comunicação digital, a literacia digital, a desinformação e a verificação de factos. Discute-se, igualmente, o contributo de autores clássicos e contemporâneos, articulando o debate global com as especificidades do contexto africano e moçambicano, de modo a construir um quadro analítico capaz de enquadrar os desafios e potencialidades do *fact-checking* em sociedades periféricas.

Seguidamente, o terceiro capítulo é exclusivamente dedicado à metodologia do trabalho. Pelo que, apresenta todos os desdobramentos da tipologia de pesquisa adoptada, informa sobre as técnicas de recolha de dados, designadamente: *a)* inquérito por questionário; *b)* entrevistas semi-estruturadas e *c)* observação directa participativa e explica os procedimentos de análise. Por fim, determina os participantes; apresenta a delimitação espacial e temporal do estudo, assegurando transparência e rigor metodológico.

O quarto capítulo discute os resultados empíricos da pesquisa com base no quadro teórico previamente seleccionado e cruzado com informações e dados recolhidos na pesquisa de campo. Em síntese, trata-se do capítulo central da dissertação, em que concentra o debate na avaliação da eficácia da Plataforma Credível, destacando as percepções dos diferentes actores envolvidos na temática. Com objectivo de compreender profundamente o tema, o capítulo percorre os seguintes subtemas: limitações estruturais e socioculturais da Plataforma “Credível” e as perspectivas para o fortalecimento do ecossistema mediático em Moçambique.

Por fim, o quinto capítulo é reservado às considerações finais, nas quais se sintetizam os principais resultados da pesquisa, destacando as contribuições académicas a partir de teóricos de reconhecido mérito no debate sobre o tema que cruzados com informações e dados de pesquisa de campo tornaram autêntico o presente estudo. Em parte, a autenticidade pode ser testemunhada percorrendo as conclusões; recomendações e bibliografia final do trabalho. Sobre as conclusões, vale aludir que os eventos políticos pós-eleições de 2024, permitiram-nos verificar a porosidade da Plataforma “Credível” e reforçaram a necessidade de se potenciar o *fact-checking*.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo apresenta aspectos conceptuais e teóricas que sustentam o estudo e que servem de referência para a análise empírica subsequente. A revisão da literatura contempla quatro eixos fundamentais: *a)* comunicação digital; *b)* literacia digital; *c)* desinformação; e *d)* verificação de factos, examinados no quadro da sociedade contemporânea e aplicados à realidade de Moçambique. Para tal, recorreu-se a obras de referência de especialistas em comunicação e gestão dos media, de modo a construir uma base teórica consistente que permita interpretar de forma crítica os resultados empíricos e fundamentar as propostas do rumo epistemológico da pesquisa.

Considera-se importante esclarecer que o trabalho opta por um referencial conceptual baseado na literatura especializada, ao invés de um marco teórico genérico que orientaria a realização da pesquisa. Assim, foi realizado um levantamento dos principais conceitos e respectivas categorias julgadas importantes para a compreensão do *fact-checking*, na realidade moçambicana e seguidamente, com base no levantamento anterior definiu-se um conjunto de dimensões conceptuais que orientaram a efectivação do estudo.

Em termos gerais, a sistematização privilegiou a discussão referente ao avanço das redes digitais que transformaram profundamente as dinâmicas de informação, como demonstrado por Castells (2002) ao propor o conceito de “*sociedade em rede*”, enquanto estrutura social, amplificada pela internet que revela o potencial de disseminação de informação de conhecimento e vulnerabilidades frente à desinformação. Na Era digital, as redes não são apenas canais de comunicação, mas também configuram a organização social e política, alterando profundamente as relações de poder e a circulação da informação.

Neste contexto, as redes digitais aumentam exponencialmente o alcance e a velocidade da disseminação de conteúdos, criando novas oportunidades para a partilha de conhecimento e a participação cívica. No entanto, a estrutura reticular torna-se um espaço propício para a propagação de desinformação, na medida em que os algoritmos das plataformas privilegiam conteúdos virais, independentemente de sua veracidade. Assim, a lógica da “*sociedade em rede*” possibilita a emergência de uma comunicação descentralizada e horizontal, mas também reforça

bolhas de informação e polarização, dificultando o estabelecimento de consensos baseados em evidências.

Outrossim, a interconectividade global promovida pela internet cria um novo ecossistema mediático no qual os tradicionais *gatekeepers* da informação – como jornalistas e editores – perdem parte de seu monopólio sobre a produção e a curadoria de conteúdos. Esse fenómeno abre espaço para actores diversos, desde indivíduos comuns até grupos políticos organizados, moldarem narrativas e influenciarem a opinião pública sem a necessidade de mediação institucional. Como resultado, a proliferação de *fake news* e a fragmentação do debate público tornam-se desafios críticos para a governança da informação na sociedade contemporânea.

A problemática das *fake news* é exacerbada, ainda, nos contextos de desigualdade de informação, como em Moçambique, em que crises sociopolíticas têm sido agravadas pela circulação de narrativas manipuladas. Estudos recentes, como os de Empoli (2019) e Zuboff (2019), destacam o impacto nocivo da desinformação na democracia e sugerem o uso de tecnologias emergentes, como *blockchain*, para fortalecer práticas de *fact-checking*.

A educação mediática, como propõem Jenkins (2009) e Hobbs (2010), é crucial para promover uma literacia digital inclusiva, adaptada às realidades locais. Como pode-se verificar em Moçambique, essa abordagem deve ser complementada pela sensibilidade cultural e linguística, garantindo que iniciativas como a Plataforma “Credível” integrem representações culturais, diversidade linguística e modelos de sustentabilidade financeira.

Uma outra discussão relaciona-se com a crescente penetração da internet e pelo alargamento do acesso digital, no contexto moçambicano. Através de políticas públicas e iniciativas locais, emergem espaços para o exercício da cidadania informada, como Praças Digitais. Estes espaços, geralmente localizados em universidades, centros urbanos e zonas de maior aglomeração juvenil, funcionam como pontos de acesso gratuito à internet e como plataformas de inclusão digital, sobretudo para jovens em situação de vulnerabilidade tecnológica.

As Praças Digitais devem ser compreendidas não apenas como infraestruturas técnicas, mas como arenas públicas virtuais que possibilitam a democratização da informação, a participação crítica e o exercício da cidadania digital. De acordo com o conceito de “esfera pública digital”,

profundamente debatida por Habermas (1962), essas praças operam como extensões dos espaços públicos tradicionais, ampliando as possibilidades de diálogo, organização e formação mediática. No entanto, seu potencial pleno apenas se concretiza quando articuladas com estruturas operacionais e políticas de literacia digital.

Neste sentido, ganha relevância a funcionalidade diária de estruturas como as equipas de gestão das Praças Digitais, Gabinetes de Comunicação e Imagem e da própria Plataforma “Credível”. A operação permanente destas unidades traduz-se em factor estratégico para garantir resposta célere a surtos de desinformação, oferecer suporte à navegação segura na internet e monitorar tendências de informação em tempo real. Esta operacionalização contínua insere-se no contexto da “*sociedade em rede*”, em que os fluxos de informação são permanentes, descentralizados e altamente conectivos, conforme observado por Dijk (2020).

De forma complementar, a crescente sofisticação da desinformação, que muitas vezes se manifesta por meio de *deepfakes*, *bots* e narrativas automatizadas, impõe a necessidade de integração de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA). A automação com IA no campo do *fact-checking* permite: *i*) rastrear padrões de disseminação de *fake news*; *ii*) cruzar rapidamente dados com fontes verificadas e; *iii*) gerar alertas automáticos sobre potenciais conteúdos enganosos nas redes sociais.

Zuboff (2019) observa que a inteligência algorítmica, quando associada a uma curadoria humana e ética, pode reforçar a capacidade de resposta das plataformas de verificação de factos. Em Moçambique, esta abordagem deve ser adaptada à realidade tecnológica, priorizando ferramentas de baixo custo, interoperáveis e capazes de operar em contextos multilinguísticos.

Por fim, a integração entre educação mediática, infraestruturas digitais inclusivas, funcionalidade operacional contínua e tecnologia inteligente constitui, portanto, uma dimensão emergente no fortalecimento do ecossistema de verificação de factos. É neste cruzamento entre tecnologia, cultura e participação cívica que se vislumbra a construção de soluções eficazes, sustentáveis e sensíveis ao contexto sociocultural de Moçambique, em alinhamento com os objectivos desta pesquisa.

2.1 Comunicação digital

A comunicação digital não surge de forma abrupta, mas como desdobramento de processos técnicos, sociais e culturais iniciados com as primeiras formas de codificação da informação. Sua origem está ligada à convergência entre a ciência da computação, a engenharia da informação e os estudos da comunicação.

Antes da Era digital, os sistemas de comunicação funcionavam por meios analógicos como o rádio, o telefone e a televisão tradicional. A digitalização surge quando sinais analógicos passam a ser convertidos em linguagem binária (0 e 1), o que possibilita o processamento, armazenamento e transmissão da informação com mais precisão, flexibilidade e escala.

Castells (2002) defende a “*sociedade em rede*” como uma estrutura social em que as redes de comunicação, amplificadas pela internet, exercem influência dominante. Argumenta que as redes digitais ampliam a capacidade de disseminação de informações, mas também tornam as sociedades mais susceptíveis à manipulação de informação e à desinformação. Nessa sociedade híper-conectada, a informação se tornou o principal activo da economia e da vida social, mas sua circulação está sujeita a dinâmicas de poder e controle que afectam a qualidade e a credibilidade do conhecimento partilhado.

A dinâmica da informação na “*sociedade em rede*” é marcada pela descentralização dos meios de comunicação e pela interactividade entre os usuários, criando um ambiente mediático altamente fragmentado. Diferentemente dos modelos tradicionais de comunicação, em que os veículos de media centralizados tinham o monopólio da distribuição da informação, o ambiente digital permitiu a emergência de novos actores, como cidadãos-jornalistas, influenciadores e plataformas de redes sociais, que passaram a mediar a produção e o fluxo de informação. No entanto, essa descentralização trouxe consigo desafios significativos, incluindo o aumento da vulnerabilidade à desinformação, à manipulação algorítmica e à amplificação de *fake news*.

Assim, a “*sociedade em rede*” está sujeita a assimetrias de informação, em que o acesso desigual à tecnologia e a literacia digital influenciam quem participa activamente da circulação da informação e quem se torna mais vulnerável à manipulação mediática. Em países como Moçambique, com lacunas significativas em inclusão digital e literacia mediática, as redes de

informação podem reforçar desigualdades existentes, tornando parte da população mais susceptível à propagação de (des)informação e discursos polarizantes.

Esta visão dialoga com a de McLuhan (1964), ao apresentar que “o meio é a mensagem”. Os meios digitais transformam a percepção das mensagens e moldam o comportamento social de tal forma que, a conexão teórica ajuda a compreender como a velocidade e o alcance das redes digitais podem exacerbar a disseminação de *fake news*, especialmente em sociedades como a moçambicana, caracterizada por disparidades no acesso à informação. Cada meio de comunicação não apenas transmite conteúdo, mas também altera a forma como os indivíduos interagem com a informação e com a sociedade. No ambiente digital, a ideia se intensifica à medida que a conectividade e a velocidade das redes sociais (re)configuram a maneira como as pessoas consomem, partilham e interpretam os conteúdos de informação.

A internet e as plataformas digitais operam sob lógicas algorítmicas que priorizam o engajamento e a viralização de conteúdos, muitas vezes em detrimento da veracidade da informação (Pariser, 2011). Deste modo, a velocidade e o alcance das redes digitais podem agravar a disseminação de *fake news*, uma vez que o meio digital favorece a amplificação de conteúdos sensacionalistas ou polarizados, independentemente de sua veracidade. O fenómeno é particularmente preocupante em sociedades como a moçambicana, caracterizadas por disparidades no acesso à informação e desafios de literacia digital.

Desta forma, a interseção entre a teoria de McLuhan (1964) e o conceito de “*sociedade em rede*” de Castells (2002) permitiu-nos compreender como o meio digital não apenas possibilita a circulação da informação, mas igualmente, molda os processos de construção de conhecimento, influenciando a opinião pública e a dinâmica sociopolítica contemporânea.

A comunicação digital em África é marcada por uma dinâmica própria, profundamente influenciada por factores como desigualdade social, diversidade linguística, infraestrutura limitada e práticas culturais locais. Apesar destes desafios, o continente africano tem demonstrado uma notável criatividade na apropriação das tecnologias digitais, especialmente através do uso de dispositivos móveis, que se tornaram a principal via de acesso à internet em muitos países. Segundo dados da União Africana e da Associação do Sistema Global para

Comunicações Móveis (GSMA, 2022)², o crescimento do uso da internet móvel no continente tem permitido o desenvolvimento de novas formas de comunicação, empreendedorismo digital e participação cívica. Contudo, a exclusão digital persiste como um obstáculo relevante, sobretudo nas zonas rurais e entre grupos socialmente vulneráveis.

No caso específico de Moçambique, a comunicação digital tem ganhado visibilidade como ferramenta estratégica para o desenvolvimento, a educação e a participação livre. O aumento da penetração da internet, o uso crescente das redes sociais e a digitalização de serviços públicos reflectem um avanço importante no ecossistema de informação moçambicana. No entanto, persistem grandes assimetrias no acesso e na literacia digital, com desigualdades entre áreas urbanas e rurais, e entre diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. A comunicação digital em Moçambique revela também, um forte traço de adaptação cultural, como: rádios comunitárias que se conectam com redes sociais, conteúdos em línguas locais e o uso criativo de plataformas como o Facebook e WhatsApp para fins educativos e comunitários.

O contexto sociopolítico em Moçambique coloca a comunicação digital num campo de tensões, por um lado potencializa a liberdade de expressão, o activismo juvenil e o jornalismo independente, por outro, tem desafios relacionados à regulação, segurança digital, desinformação e vigilância. A ausência de uma política nacional de comunicação digital robusta e transversal tem dificultado a integração plena das tecnologias da informação na promoção da cidadania e da inclusão. Assim, reflectir sobre a comunicação digital em Moçambique implica considerar as oportunidades oferecidas pela conectividade, como a ampliação do acesso à informação, o fortalecimento da cidadania activa e a expressão das identidades culturais locais, bem como os riscos e limitações impostos por um sistema digital ainda marcado por desigualdades estruturais.

A construção de uma comunicação digital inclusiva e transformadora exige o desenvolvimento de políticas públicas integradas, investimentos em infraestrutura e formação em literacia digital crítica, capazes de garantir não apenas o acesso, mas o uso significativo e emancipador das tecnologias. Neste sentido, o futuro da comunicação digital em Moçambique dependerá da

² Organização Global que une ecossistemas móveis para identificar, desenvolver e promover inovação para ambientes de negócios positivos e mudanças sociais.

capacidade do Governo, parceiros e sociedade no geral em articular inovação tecnológica com justiça social, soberania de informação e valorização da diversidade cultural.

2.1.1 Modelos de comunicação digital

A evolução das tecnologias da informação e comunicação impulsionou transformações nos modelos de comunicação, sobretudo no ambiente digital, que passou a configurar novas formas de produção, circulação e consumo de conteúdos. A comunicação digital não se limita à transposição de mensagens para meios electrónicos, mas reconfigura lógicas de interação, produção de sentidos e engajamento social.

Assim, os modelos de comunicação digital emergem como formas de organização das práticas comunicacionais em ambientes mediados por tecnologias digitais e plataformas em rede. A depender do objectivo institucional, do tipo de público-alvo e da infraestrutura tecnológica disponível, diferentes modelos são mobilizados. Dentre os mais referenciados na literatura contemporânea, destacam-se: *i*) Informativo (*Broadcasting* digital); *ii*) Interactivo (*Feedback* e diálogo); *iii*) Transmediático (Narrativas distribuídas); *iv*) Algorítmico (Automação e personalização) e; *v*) Colaborativo (Co-criação em rede).

Por conseguinte, a escolha e combinação entre os modelos de comunicação digital devem considerar o contexto sociotécnico, a cultura institucional, o perfil do público-alvo e os objectivos da comunicação. Para o caso de Moçambique e para iniciativas como a “Credível”, a adopção articulada dos modelos interactivo, colaborativo e transmediático revela-se mais eficaz, dada a necessidade de construir confiança, gerar engajamento e encarar a fragmentação da informação de forma estratégica e inclusiva.

2.1.2 Comunicação pública

A comunicação pública, enquanto campo estratégico das políticas de informação e participação cívica, ganha novos contornos na Era digital. Distinta da comunicação governamental e da comunicação política partidária, a comunicação pública visa promover o direito à informação, a transparência, a escuta activa da sociedade e a inclusão comunicativa, especialmente nos contextos marcados por desigualdades no acesso ao conhecimento.

Conforme sugere França (2008), a comunicação pública está comprometida com o interesse colectivo, sendo mediada por instituições públicas ou de carácter social, que actuam na interface entre o Estado e a sociedade. No ambiente digital, a comunicação pública deve assumir características interactivas, responsivas, acessíveis e participativas, operando como um instrumento de prestação de contas quanto de mobilização cívica.

Desta forma, no caso de Moçambique, em que ainda se verificam fragilidades nas infraestruturas de acesso à internet, baixa literacia mediática e desconfiança institucional, torna-se urgente implementar uma comunicação pública digital centrada na cidadania, com foco na confiança e no combate à desinformação.

2.1.3 Comunicação pública no contexto moçambicano

A comunicação pública em Moçambique desempenha um papel estratégico na interface entre Estado, instituições públicas e sociedade civil, constituindo um mecanismo fundamental para a promoção da transparência, da responsabilização institucional e da participação cívica. A sua relevância torna-se ainda mais evidente no contexto de um país caracterizado por desafios sociais, económicos e políticos complexos, em que a eficácia da comunicação institucional influencia directamente a percepção pública e a confiança nas políticas governamentais.

Historicamente, a comunicação pública em Moçambique foi moldada por diferentes fases políticas e institucionais. Durante o período pós-independência (1975-1990), o enfoque estava na consolidação do Estado e na propagação ideológica, utilizando principalmente meios de comunicação estatais, como a Rádio Moçambique e o jornal Notícias. Com a descentralização e a democratização do país a partir dos anos 1990, emergiu uma abordagem mais diversificada, incorporando meios privados e comunitários, assim como organizações não governamentais, contribuindo para um ecossistema de comunicação mais plural e dinâmico.

Actualmente, a comunicação pública em Moçambique combina meios tradicionais e digitais. A rádio e a televisão permanecem essenciais, sobretudo nas áreas rurais, devido à sua acessibilidade e abrangência. A Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique continuam a ser canais privilegiados para campanhas de sensibilização sobre saúde pública, educação cívica e políticas de desenvolvimento. A imprensa escrita e portais digitais, como jornal Notícias e “O País online”,

por exemplo, suportam a comunicação oficial, permitindo publicações mais detalhadas e análises críticas de políticas públicas. Outrossim, o crescimento do acesso à Internet e das redes sociais (Facebook e WhatsApp) tem permitido as instituições públicas comunicar de forma mais directa e interactiva com o público, como observado nas campanhas de vacinação contra a COVID-19 ou no lançamento de serviços digitais do Governo Electrónico.

Exemplos recentes ilustram a diversidade e o impacto da comunicação pública em Moçambique. Durante a pandemia de COVID-19, o Governo implementou campanhas massivas de sensibilização, utilizando rádio comunitária, *spots* televisivos, mensagens SMS e redes sociais, acompanhadas de estratégias de *fact-checking* para combater a desinformação. Em situações de desastres naturais, como ciclones e inundações, as autoridades nacionais e provinciais têm recorrido a múltiplos canais para alertar a população, coordenar evacuações e divulgar informações sobre recursos de apoio, evidenciando o papel estratégico da comunicação pública na proteção civil.

Apesar dos avanços, a comunicação pública em Moçambique enfrenta desafios significativos. A fragmentação informativa, decorrente da diversidade de canais e actores, pode gerar mensagens inconsistentes, dificultando a compreensão e adesão do cidadão às políticas públicas. Diferenças regionais e socioeconómicas limitam a recepção e interpretação de informações, sendo os grupos rurais e populações com menor nível de escolaridade, particularmente vulneráveis. A proliferação de notícias falsas nas redes sociais desafia a credibilidade das mensagens oficiais, exigindo estratégias robustas de literacia digital e *fact-checking*. Adicionalmente, muitos órgãos públicos carecem de recursos humanos e tecnológicos especializados em comunicação estratégica, o que compromete a eficácia de campanhas e programas de sensibilização.

A literatura aponta que a comunicação pública deve evoluir para um modelo integrado, capaz de combinar tecnologias digitais, canais tradicionais e abordagens participativas. Estratégias eficazes incluem a promoção de literacia digital, a implementação de mecanismos de retorno interactivo, a integração multicanal para alcançar tanto populações urbanas quanto rurais, e a monitoria contínua para ajustar campanhas e consolidar a confiança pública. Assim, a comunicação pública em Moçambique transcende a simples transmissão de informação, constituindo um instrumento de fortalecimento da governança, promoção da cidadania activa e construção de confiança social.

A sua eficácia depende da capacidade das instituições de se adaptarem às realidades locais, à diversidade cultural e linguística do país e à rápida evolução das tecnologias de informação e comunicação.

2.1.4 Desafios da comunicação pública digital no contexto moçambicano

A transição para a comunicação pública digital em Moçambique encara múltiplos desafios que comprometem a eficácia das políticas públicas e a inclusão cívica. Estes obstáculos estão profundamente enraizados em factores estruturais, económicos, tecnológicos e educacionais, exigindo uma abordagem integrada para promover uma comunicação pública digital inclusiva e eficaz.

A exclusão digital continua a representar um desafio estrutural significativo em Moçambique. Embora o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM, 2023) aponte que cerca de 20% da população tem algum nível de acesso à internet, dados mais recentes indicam uma taxa efectiva de apenas 6,45%, posicionando o país entre aqueles com os índices mais baixos de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a nível mundial (Editorialge, 2025). Esta disparidade não apenas reflecte desigualdades infraestruturais, mas também evidencia limitações no acesso à cidadania digital plena, sobretudo nas zonas rurais e periféricas. A maior parte da população reside em zonas rurais, com uma dispersão populacional acentuada e baixo poder de compra, factores que dificultam o investimento em infraestruturas de telecomunicações e ampliam a desigualdade no acesso às tecnologias de informação e comunicação (Editorialge, 2025).

A literacia digital é outro desafio premente. A fraca literacia digital limita a capacidade dos cidadãos de navegar, avaliar e utilizar de forma eficaz as tecnologias digitais, tornando-os vulneráveis à desinformação e fraudes *online*. Segundo o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM, 2022), a baixa literacia digital é um dos maiores desafios para a segurança cibernética no país, pois muitos cidadãos desconhecem os riscos associados às conexões na Internet, por um lado.

Por outro lado, a infraestrutura digital em Moçambique é insuficiente e desigual. A cobertura de Internet móvel é limitada, especialmente em áreas rurais, e os custos de acesso são elevados para

grande parte da população. Para além disso, a qualidade da conectividade é frequentemente baixa, com velocidades de Internet lentas e instabilidade nas redes, o que compromete a eficácia da comunicação pública digital (Editorialge, 2025).

Contudo, a proliferação de desinformação nas redes sociais é um desafio crescente para a comunicação pública digital em Moçambique. A falta de regulamentação eficaz, aliada à baixa literacia digital, facilita a disseminação de informações falsas, o que pode comprometer a confiança pública nas instituições e nas políticas governamentais. A polarização digital também contribui para a fragmentação da informação e a criação de bolhas informativas, dificultando o diálogo e a compreensão mútua entre diferentes grupos sociais.

2.1.5 Comunicação pública digital

A Plataforma “Credível”, enquanto projecto do governo com fins informativos e educativos, insere-se no domínio da comunicação pública digital, pois se propõe a oferecer ao público informações verificadas, com base em dados fiáveis e em linguagem acessível. Neste sentido, a sua actuação deve alinhar-se aos princípios da comunicação pública, nomeadamente, acesso universal à informação, transparência e responsabilidade institucional, interactividade e escuta pública e, inclusão social e representatividade. É nesta perspectiva que se torna fundamental que a “Credível” adopte práticas de comunicação que promovam a participação cívica e diálogo constante com os diferentes públicos, sobretudo os mais vulneráveis à desinformação.

A disponibilização da informação verificada, bem, como a adopção de formatos e linguagens adequadas às realidades sociolinguísticas e culturais, fortalecem o vínculo entre as instituições e a sociedade. Razão pela qual, a escuta activa, o retorno em tempo real e a cooperação com actores da sociedade civil reforçam a legitimidade da comunicação pública digital e ampliam a confiança da população nas fontes oficiais de informação. De acordo com Jenkins (2006), os diferentes formatos de media coexistem e interagem; a convergência mediática e a interactividade constituem pilares da comunicação digital, pois (re)define o papel do receptor, tornando-o produtor de conteúdos dinâmicos, participativos e personalizados.

Lévy (1999), secunda essa perspectiva com *Cibercultura*, argumentando que o digital promove a inteligência colectiva, em que a informação é partilhada, construída e ampliada em redes

colaborativas. Essa transformação desafia modelos hierárquicos tradicionais da comunicação e impulsiona novas formas de produção de conhecimento.

2.1.6 Desafios da comunicação pública digital em Moçambique

A comunicação pública digital em Moçambique enfrenta desafios significativos que comprometem sua eficácia e abrangência. Um dos principais entraves está nas infraestruturas tecnológicas deficitárias, especialmente nas zonas periurbanas e rurais, em que o acesso à internet é instável, caro e limitado, dificultando o alcance das plataformas públicas de informação, como a “Credível” (Van Dijk, 2020).

A esta realidade soma-se a desigualdade linguística, uma vez que a maior parte dos conteúdos digitais é veiculada apenas em português, desconsiderando a diversidade de línguas nacionais faladas por grande parte da população. Tal prática acentua a exclusão digital e simbólica, inviabilizando o princípio da inclusão e da representatividade na comunicação pública (Hall, 1980).

Outro desafio diz respeito à limitação da actuação em tempo real, agravada pela ausência de equipas técnicas especializadas e de sistemas automatizados de monitoria. A falta de tecnologias de rastreio e verificação digital, como algoritmos de inteligência artificial, reduz a capacidade das instituições de reagirem com agilidade diante da desinformação (Zuboff, 2019). Por fim, destaca-se a carência de políticas públicas integradas de literacia mediática, que compromete a formação crítica dos cidadãos para interpretar e avaliar informações em ambientes digitais. A inexistência de estratégias nacionais articuladas entre os sectores da educação, da comunicação e da tecnologia, dificulta a criação de uma cultura mediática participativa e resiliente (Hobbs, 2010). Esses desafios revelam a necessidade urgente de investimentos estruturais e estratégicos para que a comunicação pública digital em Moçambique seja, de facto, inclusiva, confiável e eficaz.

2.1.7 Estratégias de comunicação digital

Em ecossistema mediático marcado pela rapidez das interações, multiplicidade de canais e crescente circulação de desinformação, torna-se crucial o desenvolvimento de estratégias de

comunicação digital eficazes, sustentáveis e adaptadas às realidades socio-tecnológicas de Moçambique.

A comunicação digital institucional, especialmente no âmbito do *fact-checking*, deve ir para além da simples presença *online* e investir em dinâmicas interactivas, responsivas e inclusivas, capazes de gerar confiança, ampliar o alcance e engajar a cidadania informada. Segundo Jenkins (2009), a lógica da convergência cultural exige que as organizações saibam articular diferentes plataformas para garantir consistência e capilaridade na mensagem.

Neste contexto, destacam-se algumas estratégias prioritárias de comunicação digital que podem ser consideradas na actuação de entidades como a “Credível”, designadamente: *a*) Segmentação de públicos e personalização da mensagem; *b*) Actuação multicanal com presença estratégica; *c*) Conteúdos acessíveis e formatos inovadores; *d*) Engajamento comunitário nas Praças Digitais; *e*) Resposta em tempo real (funcionalidade diária e de Segunda-feira à Domingo); *f*) Automação com uso de Inteligência Artificial e; *g*) Avaliação contínua e retro-alimentação. Portanto, na perspetiva de vários autores, toda estratégia de comunicação digital deve incorporar mecanismos de monitoria e avaliação de impacto (número de acessos, nível de engajamento, retorno do público) visando reorientar práticas e aprimorar continuamente as acções de verificação de informações veiculadas.

2.2 Plataformas digitais

No contexto contemporâneo, a comunicação digital é mediada por plataformas digitais que actuam como infraestruturas base para a disseminação da informação. Deleuze apud. Djick (2013), alerta o papel das grandes corporações tecnológicas na estrutura da comunicação digital, pois algoritmos e inteligência artificial determinam quais conteúdos ganham visibilidade. Este controle das plataformas sobre a circulação da informação tem implicações políticas e económicas, demandando a transformação na Era digital; o poder não se expressa apenas por meio da repressão, mas pelo controle invisível dos fluxos de dados e informações. Isto pode ser observado na dependência de plataformas como Google, Amazon, Facebook e Apple (conhecidas como GAFAs), que controlam grande parte da infraestrutura digital global.

Outrossim, Couldry e Mejias (2019), introduzem o conceito de “*colonialismo de dados*” para trazer à reflexão a dinâmica de comunicação das plataformas digitais que extraem e exploram informações pessoais, criando novas formas de desigualdade e vigilância. Neste modelo, os dados pessoais tornam-se um activo valioso, alimentando os sistemas de publicidade segmentada, patrocínios e da inteligência artificial.

Exemplos dessa dinâmica incluem, o escândalo do Cambridge Analytica (2018), em que dados de usuários do Facebook foram usados para influenciar eleições e o crescimento da publicidade programática, que personaliza anúncios com base no comportamento *online* dos indivíduos.

2.2.1 Plataformas digitais de verificação de factos

As plataformas digitais de verificação de factos (*fact-checking platforms*) surgem como resposta institucional, jornalística e cívica à crescente circulação de desinformação, *fake news* e conteúdos manipulados no ambiente digital. Sustentadas em metodologias rigorosas e ferramentas tecnológicas, essas plataformas têm como principal objectivo verificar a veracidade de informações que circulam no espaço público, promovendo transparência, literacia mediática e confiança social.

A emergência dessas plataformas inscreve-se no que Wardle e Derakhshan (2017) denominam como “*era da desordem de informação*”, marcada pela convergência entre velocidade, volume e manipulação de dados. Nessa conjuntura, o *fact-checking* assume função social estratégica, que pode ser sistematizada em proteger o direito à informação correcta e combater distorções que impactam negativamente a democracia, a saúde pública e a coesão social.

2.2.2 As plataformas de verificação de factos no contexto africano

No continente africano, diversas organizações têm se destacado na prática da verificação de factos, como a Africa Check (África do Sul, Nigéria, Senegal), a PesaCheck (Quênia, Tanzânia) e a Dubawa (Gana, Nigéria). Estas iniciativas têm desafios estruturais, desde a falta de acesso a dados públicos de confiança; lacunas em políticas de transparência do governo; multilinguismo e baixa literacia digital da população; pressões políticas e económicas sobre jornalistas e activistas.

Apesar disto, o *fact-checking* tem sido uma ferramenta crucial para fortalecer o jornalismo, a educação mediática e o combate à manipulação da informação em contextos eleitorais, crises sanitárias e conflitos sociais. O crescimento destas iniciativas demonstra um movimento continental pela defesa da verdade e pela transparência, ainda que desigual entre países e regiões. O fortalecimento de redes de cooperação entre *fact-checkers* africanos e organizações internacionais pode potencializar o impacto destas acções, facilitando o intercâmbio de metodologias e tecnologias de verificação. Nesse sentido, a expansão do *fact-checking* em África depende não apenas de recursos, mas também da construção de um ecossistema de colaboração e resiliente que valorize a integridade da informação como pilar da democracia.

2.2.3 Plataformas de verificação de factos no contexto moçambicano

No contexto moçambicano, a plataforma “Credível” constitui o principal exemplo de *fact-checking* orientado para o público nacional. Esta iniciativa actua na verificação de declarações de figuras públicas, conteúdos virais nas redes sociais e informações relacionadas a políticas públicas, saúde, eleições e questões sociais. A plataforma combina métodos de investigação jornalística, análise documental e consulta a especialistas, garantindo rigor na avaliação dos factos e fornecendo ao público informação sobre a veracidade de factos públicos. Operam ainda no contexto moçambicano, MISACheck, MozCheck enquanto instrumentos essenciais para mitigar a disseminação de informações falsas, promovendo a transparência institucional e fortalecendo a confiança pública.

As plataformas de verificação de factos não apenas combatem a disseminação de desinformação, mas também desempenham um papel educativo ao promover a literacia mediática e digital. Ao disponibilizar conteúdos explicativos e guias sobre como identificar notícias falsas, estas plataformas capacitam o público a desenvolver uma leitura crítica das informações que consomem, fortalecendo a participação activa na esfera pública e a confiança nas instituições.

Em síntese, as plataformas de verificação de factos constituem instrumentos fundamentais para a consolidação de uma comunicação pública responsável, transparente e baseada em evidências, representando uma ferramenta estratégica de combate à desinformação e de promoção da literacia digital no contexto moçambicano.

2.2.4 Fundamentos da verificação de factos

A verificação de factos não é uma prática nova, historicamente, fazia parte do jornalismo investigativo tradicional, mas adquiriu nova centralidade e urgência na Era digital, marcada por fluxos intensos, desintermediação da informação e algoritmos de visibilidade.

Segundo Graves (2016), o *fact-checking* moderno caracteriza-se como uma prática independente, voltada para *checar* declarações públicas, conteúdos virais, imagens e vídeos, com o objectivo de repor a verdade factual no espaço público.

Para além da verificação técnica da veracidade, o *fact-checking* tem como missão: *i)* Promover a transparência e responsabilidade social; *ii)* Fortalecer o debate público informado; *iii)* Reduzir os efeitos da pós-verdade e da manipulação emocional da informação e; *iv)* Educar o público para a avaliação crítica das fontes e dados.

2.2.4 Metodologias de verificação de factos

A verificação de factos observa um conjunto de etapas sistemáticas, orientadas pela transparência, neutralidade, rastreabilidade das fontes e prestação de contas. Organizações como o International Fact-Checking Network (IFCN) estabelecem princípios éticos e metodológicos amplamente utilizados (IFCN, 2016). Sobre as principais etapas, vale destacar:

a) Identificação

Monitoria de discursos públicos, conteúdos virais e solicitações do público para selecção de afirmações relevantes e verificáveis.

b) Pesquisa

Busca activa de dados, documentos oficiais, especialistas e fontes de confiança para investigar a veracidade das informações.

c) Contextualização

Análise do conteúdo dentro de seu contexto original, evitando interpretações enviesadas ou descoladas da realidade social.

d) Classificação

Atribuição de selos como “Verdadeiro”, “Falso”, “Enganoso”, “Descontextualizado”, “Sem Prova”, entre outros, com base em critérios objetivos.

e) Divulgação

Publicação do resultado da verificação com *links*, fontes e justificativas claras, garantindo a transparência do processo e a possibilidade de contestação.

2.3 Literacia digital

O termo “literacia digital” foi introduzido por Gilster (1997), como a capacidade de compreender e usar a informação em múltiplos formatos, apresentados por meio de tecnologias digitais. Para além da habilidade técnica de operar dispositivos, a literacia digital envolve competências cognitivas, comunicacionais, críticas e éticas, permitindo que os indivíduos naveguem, avaliem e produzam informação de forma reflexiva.

A UNESCO (2011), amplia essa compreensão ao definir literacia digital como um conjunto de competências necessárias para a vida, o trabalho e a aprendizagem no século XXI, articulando a capacidade de aceder, gerir, integrar, avaliar, criar e comunicar informação por meio de ferramentas digitais.

Apesar de sua importância, a literacia digital tem inúmeros desafios, especialmente em contextos marcados pela desigualdade: *i)* Acesso desigual à internet e aos dispositivos digitais; *ii)* Baixa formação digital de professores e educadores; *iii)* Falta de políticas públicas integradas e sustentáveis; *iv)* Exclusão de grupos vulneráveis (jovens, mulheres, idosos, etc.) e; *v)* Domínio das grandes plataformas tecnológicas sobre os fluxos de informação.

Segundo Couldry e Mejias (2019), o que está em jogo é também o colonialismo de dados. Ou seja, a extração contínua e desigual de dados pessoais por grandes plataformas, que transformam a comunicação digital em mercadoria e reforçam as desigualdades globais. Essa prática transforma as interações de comunicação em insumos comerciais, convertendo a vida digital dos usuários em mercadoria para fins de lucro. Ao fazê-lo, reforça e perpetua desigualdades globais, especialmente nos contextos periféricos, em que os dados são colectados em larga escala sem retorno proporcional em benefícios sociais, económicos ou digitais. Trata-se, assim, de uma nova forma de dominação, baseada na captura da experiência humana como recurso económico.

Em função dos efeitos do colonialismo de dados, torna-se urgente pensar a literacia digital como prática de resistência e como componente fundamental de projectos de desenvolvimento local, inclusão social e justiça de informação. Promover literacia digital significa capacitar as comunidades locais para entenderem, questionarem e intervirem nos fluxos de dados e nas dinâmicas de poder digital, garantindo maior autonomia e soberania de informação. Nesse sentido, ela deve ser integrada como componente essencial de estratégias de desenvolvimento local, inclusão social e justiça de informação, especialmente em contextos historicamente marginalizados. Trata-se de fortalecer a cidadania digital com base na equidade, transparência e participação activa.

2.3.1 Dimensões da literacia digital

A literacia digital pode ser decomposta em diferentes dimensões, que se inter-relacionam e que devem ser consideradas na sua implementação pedagógica e social:

- a) Dimensão técnica - diz respeito ao uso funcional das tecnologias, como: manusear dispositivos, navegar em ambientes digitais, utilizar *softwares* e ferramentas. É o primeiro nível da inclusão digital.
- b) Dimensão de informação - Conforme Kuhlthau (2004), esta dimensão abrange a capacidade de localizar, avaliar, seleccionar e aplicar a informação de forma adequada. É essencial frente à sobrecarga de informação do ambiente digital.
- c) Dimensão de comunicação - Inclui as habilidades para interagir, colaborar e comunicar-se em ambientes digitais, como redes sociais, fóruns, blogs e outras plataformas participativas.

- d) Dimensão crítica e ética - Inspirada em Freire (1996) e Hobbs (2010), esta dimensão diz respeito à reflexão sobre os conteúdos, seus interesses ideológicos, os algoritmos que controlam sua visibilidade, bem como os riscos associados à privacidade e à manipulação da informação.
- e) Dimensão criativa - Refere-se à capacidade de produzir e partilhar conteúdo relevante, utilizando linguagem multimodal e ferramentas digitais para criação de textos, vídeos, infográficos e outros formatos.

2.3.2 Literacia digital e cidadania

A literacia digital é uma condição necessária para a cidadania na sociedade em rede. Segundo Castells (2002), o exercício pleno da cidadania requer a capacidade de acessar e interagir de forma crítica com a informação, participando de forma activa nas redes de comunicação e nos espaços públicos digitais.

Em tempos de desinformação, discursos de ódio e manipulação algorítmica, a literacia digital torna-se um instrumento de defesa democrática. Como salientam Wardle e Derakhshan (2017), a alfabetização digital crítica é uma das formas mais eficazes de combater o fenómeno das *fake news*, pois capacita os indivíduos a verificar a veracidade da informação, identificar fontes confiáveis e compreender os interesses por de trás daquilo que circula *online*.

O conceito de cidadania digital está intimamente ligado à literacia digital, exigindo competências que permitam actuar de forma ética, responsável e segura nas redes, respeitando direitos, regras de convivência e a diversidade cultural e linguística, promovendo inclusão e respeito às diferentes vozes presentes nas redes. Assim, educar para a cidadania digital é também formar cidadãos conscientes, participativos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade em rede.

2.3.3 Literacia digital e a comunicação

A literacia digital refere-se à uma competência crucial na sociedade contemporânea, na medida em que as interações sociais, a aprendizagem, o consumo e o exercício da cidadania se deslocam para os ambientes mediados por tecnologias digitais (Gilster, 1997).

No campo da comunicação, a literacia digital representa a base para que os cidadãos não sejam apenas consumidores passivos de conteúdos, mas agentes capazes de interpretar mensagens, identificar manipulações, criar conteúdos significativos e participar do ecossistema de informação com autonomia.

A relação entre literacia digital e comunicação manifesta-se em diversas dimensões fundamentais para a cidadania contemporânea. Envolve a capacidade de compreender de forma crítica as mensagens recebidas, avaliar sua veracidade e origem, e participar activamente nas redes sociais e plataformas digitais. Também abrange a criação ética e responsável de conteúdos digitais, respeitando normas de conduta e direitos autorais, para além do domínio de práticas de segurança da informação, como proteção de dados pessoais e prevenção contra fraudes. Dessa forma, a literacia digital torna-se essencial para uma comunicação eficaz, segura e inclusiva na Era digital.

A literacia digital deve ser estratégia prioritária de comunicação, especialmente para jovens e comunidades periféricas, no contexto moçambicano, em que ainda prevalecem baixos níveis de acesso e escolaridade digital. A actuação de plataformas como a “Credível”, aliada a outras iniciativas, como as Praças Digitais, pode impulsionar esse processo educativo, tornando a comunicação mais inclusiva e resiliente à desinformação.

2.3.4 Literacia digital e seus desafios

A literacia digital é um pilar fundamental da comunicação pública contemporânea, pois viabiliza o exercício pleno do direito à informação, à participação cívica e à responsabilização das instituições públicas. Sem cidadãos capazes de compreender de forma crítica os fluxos de informação, a comunicação pública torna-se assimétrica, vulnerável à manipulação e limitada no seu impacto transformador (Jenkins et al., 2009)

Em ambientes democráticos, a literacia digital sustenta a transparência do governo; a prestação de contas institucional; a inclusão de informação a co-produção de políticas públicas. Ela permite que os cidadãos acessem, compreendam e fiscalizem as acções do Estado, promovendo maior envolvimento cívico. Para além disso, facilita a inclusão de informação, garantindo que diferentes grupos sociais possam participar dos debates públicos.

Na prática, iniciativas como a “Credível”, enquanto expressão da comunicação pública digital em Moçambique, devem assumir não apenas o papel de verificador, mas também de promotor da literacia digital. Isso significa articular-se com escolas, universidades, organizações da sociedade civil e meios comunitários para formar cidadãos críticos, informados e participativos, por um lado.

Por outro lado, os Gabinetes de Comunicação e Imagem e os órgãos públicos responsáveis por campanhas de interesse nacional devem incorporar a literacia digital como componente transversal das suas estratégias, reconhecendo que informar não basta, se o público não estiver apto a interpretar o que lhe é comunicado.

2.3.5 Literacia digital no contexto da comunicação pública

A literacia digital, definida como a capacidade de aceder, compreender, avaliar e utilizar informações digitais de forma crítica e eficaz, constitui um elemento central da comunicação pública contemporânea (Livingstone, 2012; UNESCO, 2021). Em Moçambique, esta competência é particularmente relevante, uma vez que influencia directamente a eficácia das campanhas de sensibilização, a participação cívica e a confiança nas instituições públicas. A comunicação pública depende da capacidade dos cidadãos de interpretar correctamente as informações oficiais, sendo que a baixa literacia digital aumenta o risco de má compreensão, distorção ou rejeição das mensagens institucionais (INCM, 2022; AIM News, 2024).

Em termos estruturais, a literacia digital em Moçambique é limitada por factores socioeconómicos, educativos e de acesso à infraestrutura tecnológica. A baixa escolaridade, a escassez de programas de formação digital e a desigualdade no acesso à Internet contribuem para a exclusão de grandes parcelas da população, sobretudo nas zonas rurais (Editorialge, 2025). Esta realidade compromete a eficácia das campanhas digitais e aumenta a vulnerabilidade à

desinformação e à polarização digital. Outrossim, a capacitação institucional em comunicação digital ainda é insuficiente, limitando a implementação de estratégias coerentes de literacia digital e a integração destas competências nas políticas públicas.

Para encarar estes desafios, torna-se essencial promover programas de educação digital, campanhas de sensibilização multicanal, parcerias entre governo, sociedade civil e sector privado, bem como incorporar a literacia digital como componente estruturante das estratégias de comunicação pública (OECD, 2018; UNESCO, 2021). O fortalecimento da literacia digital permite aumentar a compreensão das mensagens oficiais, reduzir a disseminação de informações falsas, fomentar a participação cívica activa e melhorar a capacidade das instituições de ajustar suas estratégias de comunicação com base no retorno do público.

Dessa forma, a literacia digital emerge não apenas como uma competência individual, mas como um instrumento estratégico da comunicação pública em Moçambique, contribuindo para a promoção da transparência, da inclusão social e da confiança institucional.

2.3.6 Literacia digital no contexto moçambicano

A literacia digital em Moçambique, entendida como a capacidade de aceder, compreender, avaliar e utilizar informações digitais de forma crítica e eficaz, constitui um elemento estratégico para a comunicação pública e para a participação cívica de acordo com Livingstone (2012) e UNESCO (2021). Esta competência é essencial para que os cidadãos interpretem correctamente mensagens institucionais, reduzindo riscos de má compreensão ou rejeição das informações oficiais, particularmente em campanhas de saúde pública, educação cívica e gestão de crises (INCM, 2022; AIM News, 2024).

Apesar da crescente sagacidade das tecnologias digitais, a literacia digital em Moçambique encara desafios significativos. A desigualdade socioeconómica, a baixa escolaridade e a limitação de infraestruturas de conectividade dificultam o acesso e a utilização eficiente de plataformas digitais, especialmente em áreas rurais, de acordo com dados publicados pela Editorialge (2025). Esses factores contribuem para a exclusão digital de parcelas expressivas da população, aumentando a vulnerabilidade à desinformação e à polarização de conteúdos nas redes sociais.

A capacitação institucional é outro factor crítico. Muitos órgãos públicos carecem de recursos humanos e tecnológicos especializados em comunicação digital, limitando a implementação de estratégias sistemáticas de literacia digital e a integração dessas competências nas políticas públicas. A falta de programas estruturados de formação e sensibilização digital compromete a eficácia das mensagens oficiais e a interação activa com os cidadãos (OECD, 2018).

Para mitigar esses desafios, recomenda-se a implementação de programas estruturados de educação digital, aliados a campanhas de sensibilização multicanal e a parcerias estratégicas entre governo, sociedade civil e sector privado, com o objectivo de ampliar a cobertura e a eficácia das iniciativas de literacia digital (UNESCO, 2021). O desenvolvimento dessa competência transcende o simples acesso à informação, promovendo uma utilização crítica e segura das plataformas digitais, fortalecendo a confiança nas instituições públicas, incentivando a participação activa em processos democráticos e contribuindo para a consolidação de uma comunicação pública mais transparente, inclusiva e responsiva às necessidades sociais.

2.4 Desinformação no ecossistema digital

O termo desinformação refere-se à produção e disseminação deliberada de conteúdos falsos, enganosos ou manipulados com o intuito de provocar danos, confusão ou manipular a opinião pública. Wardle e Derakhshan (2017), no relatório para o Conselho da Europa, distinguem três categorias relacionadas: a) *Misinformation*; b) Desinformação e; c) *Malinformation*

a) *Misinformation*

O termo *misinformation* descreve a disseminação de informações falsas ou imprecisas sem a intenção deliberada de enganar. Wardle e Derakhshan (2017), diferenciam *misinformation* de *disinformation*, sendo a última caracterizada pela intenção de engano. Em Moçambique, *misinformation* é amplamente disseminada através das redes sociais Facebook, WhatsApp, especialmente em comunidades em que a literacia digital é limitada.

Fallis (2009), defende que *misinformation* ocorre quando informações incorrectas são partilhadas por desconhecimento, falha na verificação ou erro de interpretação, tornando-se um desafio para a credibilidade da comunicação pública. O fenómeno está intrinsecamente ligado à dificuldade de

acesso à fontes de informação verificadas, bem como à crescente influência das redes sociais na formação da opinião pública.

Por sua vez, Karlova e Fisher (2013) entendem que *misinformation* pode ser amplificada por dinâmicas sociais, como partilha emocional de conteúdos e a busca por validação em grupos sociais. Argumentam que a repetição de informações falsas, mesmo sem intenção de engano, pode criar percepções errôneas e consolidar crenças baseadas em factos imprecisos. No contexto moçambicano, a questão é agravada pela propagação rápida de conteúdos virais em aplicativos em que a verificação de factos ainda não é uma prática amplamente difundida.

b) *Malinformation*

De acordo com Wardle e Derakhshan (2017), o conceito *malinformation* reveste-se de particular importância no contexto da comunicação digital contemporânea. Trata-se da utilização estratégica de conteúdos factualmente verdadeiros, mas com intenção de manipular a opinião pública, difamar indivíduos, distorcer narrativas ou influenciar eventos sociais e políticos. Diferentemente das *fake news* clássicas que se baseiam em falsificações, a *malinformation* opera por meio de recortes selectivos, exposição descontextualizada ou divulgação de informações sensíveis de maneira instrumental.

Esta taxonomia ajuda a compreender a complexidade do fenómeno, que vai para além da mentira simples, envolvendo estratégias sofisticadas de manipulação simbólica, emocional e política. A *malinformation* actua muitas vezes em momentos críticos como eleições, crises sanitárias ou escândalos institucionais, amplificando a desconfiança nas instituições e nos meios de comunicação. Ao utilizar elementos factuais como arma, esse tipo de manipulação torna-se mais difícil de ser identificado e combatido, exigindo estratégias refinadas de *fact-checking* e análise contextual. Outrossim, levanta questões éticas sobre privacidade, liberdade de expressão e responsabilidade comunicacional no ambiente digital. Compreender a *malinformation* é, portanto, essencial para fortalecer a literacia mediática e proteger os ecossistemas democráticos.

2.4.1 *Deep Fake*

Refere-se à criação de conteúdos audiovisuais falsificados, gerados ou manipulados por IA, que imitam de forma convincente vozes, rostos ou gestos humanos (Chesney & Citron, 2019). A tecnologia representa uma evolução no campo da manipulação de media, levantando preocupações éticas e práticas no combate à desinformação.

Para Wardle (2020), os *Deep fake* ameaçam a confiança pública ao minar a autenticidade de vídeos e áudios, agravando os desafios encarados pelas plataformas de *fact-checking*. Em ambiente digital em que a informação se propaga rapidamente, a dificuldade de verificar conteúdos multimédia torna-se um problema crítico. Ferrara (2020), observa que, à medida que as tecnologias de aprendizado profundo avançam, os *Deep fake* tornam-se mais sofisticados e difíceis de serem detectados, aumentando o risco de seu uso indevido.

A crescente acessibilidade a ferramentas de manipulação de media, em Moçambique, torna os *Deep fake* uma ameaça emergente, especialmente em períodos eleitorais ou crises sociais. Mitigar os efeitos deste fenómeno, torna-se necessário a implementação de tecnologias avançadas de detecção e fortalecimento de educação mediática. Segundo Mirsky e Lee (2021), algoritmos de IA podem ser treinados para identificar padrões em vídeos alterados, detectando inconsistências em iluminação, movimentos labiais e textura da pele. Contudo, a eficácia desses métodos depende da constante actualização das ferramentas de detecção, pois as técnicas de manipulação também evoluem a par e passo das ferramentas de detecção, ou vice-versa.

A par da tecnologia, a alfabetização digital da população desempenha um papel fundamental no combate aos *Deep fake*. Programas de literacia mediática podem ensinar os cidadãos a reconhecer sinais de manipulação em conteúdos digitais, promovendo uma análise crítica antes da partilha de informações. A regulação e transparência são essenciais para mitigar os riscos associados aos *Deep fake*. Empresas de tecnologia, como Google e Meta, têm investido em soluções para autenticação de conteúdos, como marcas “*d’água*” digitais e meta-dados rastreáveis. Na realidade moçambicana, a colaboração poderia fortalecer a capacidade de resposta a essa ameaça, garantindo um ambiente de informação mais seguro e confiável.

2.4.2 Desinformação e ecossistema digital

Com o advento das redes sociais, o ambiente digital tornou-se um terreno fértil para a desinformação, devido a um conjunto de factores, dentre os quais consideramos pontual mencionar os seguintes:

a) Algoritmos e virabilidade

As plataformas digitais priorizam conteúdos que geram alto engajamento como curtidas, comentários e partilhas, favorecendo informações sensacionalistas ou polarizadas, mesmo que falsas.

b) Bolhas de filtragem e câmaras de eco

De acordo com Pariser (2011), os algoritmos criam bolhas informativas que limitam a exposição dos usuários a pontos de vista diferentes, reforçando crenças pré-existentes e criação de câmaras de eco que amplificam a desinformação.

c) Efeito da pós-verdade

Conforme argumenta Keyes (2004), na Era da pós-verdade, as emoções e crenças pessoais tem mais peso do que os factos objectivos, o que torna as pessoas mais vulneráveis à aceitação de informações falsas que confirmem suas visões de mundo.

2.4.3 Impactos da desinformação

A desinformação afecta diversos domínios sociais: *i)* na política, contribui para a polarização, manipulação eleitoral e erosão da confiança nas instituições democráticas; *ii)* na saúde, como visto durante a pandemia da Covid-19, propagou mitos e teorias conspiratórias, comprometendo campanhas de vacinação; *iii)* na educação e ciência, mina o pensamento crítico e desacredita evidências, colocando em risco processos de aprendizagem e construção do conhecimento.

A desinformação é amplificada em momentos de crise política, económica ou social, em que incertezas e o medo criam um ambiente propício para a disseminação de informações falsas. De

acordo com Cinelli et al. (2020) a crise na saúde relacionada a pandemia de COVID-19, evidencia narrativas manipuladoras e desinformação massiva que comprometeu respostas públicas e acções colectivas de prevenção. No contexto moçambicano, casos da COVID-19, HIV e Cólera configuram as crises de saúde pública que mais frequentemente geram desinformações e em alguns casos, causando violência e morte as autoridades locais e agentes de educação sanitária.

Crises causadas por desastres naturais, pelos conflitos político-militares e terrorismo, são frequentemente usadas para gerar informações falsas veiculadas pelas redes sociais, moldando percepções e decisões individuais. Esses eventos revelam o papel central das plataformas digitais na propagação de narrativas falsas e a dificuldade de verificar a origem e a veracidade das informações em tempo real (Wardle, 2020). Esta situação é recorrente em Moçambique em todas as épocas chuvosa em que as autoridades emitem avisos oficiais sobre as inundações e, em contrapartida, as plataformas digitais apresentam informações contraditórias.

Em ambiente de crise, as redes digitais amplificam os fluxos de informação legítima e/ou desinformação. As situações de instabilidade social, política ou sanitária geram uma demanda urgente por informações, tornando o ambiente digital um espaço altamente dinâmico e susceptível à rápida circulação de conteúdos não verificados. A lógica da viralização, impulsionada por algoritmos que priorizam o engajamento e a disseminação de conteúdos emocionais, faz com que informações falsas muitas vezes se espalhem mais rapidamente do que as verificadas (Vosoughi, Roy e Aral, 2018).

Em cenários de incerteza e ansiedade colectiva, a conectividade em rede facilita a propagação de narrativas manipuladas, uma vez que as pessoas tendem a partilhar informações que reforcem suas crenças pré-existentes, independentemente da veracidade. Isto se relaciona com a teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957), que explica como os indivíduos rejeitam informações que contradizem suas convicções, o que agrava a polarização e dificulta a aceitação de dados corrigidos. Esta ideia ganha relevo ao associar a teoria da “*espiral do silêncio*” de Neumann (1974), ao defender que, em ambientes de crise, determinadas vozes podem ser suprimidas por pressões sociais, permitindo que narrativas falsas dominem o debate público.

Portanto, a interseção entre a dinâmica da “*sociedade em rede*” e a vulnerabilidade da informação em tempos de crise, demonstra a necessidade de respostas ágeis e coordenadas para proteger o espaço público e garantir o acesso a informações verificadas e credíveis. A abordagem fortalece a resiliência social diante de ameaças digitais e promove uma cidadania mais crítica e informada.

2.4.4 Impactos da desinformação no contexto da comunicação pública em Moçambique

A desinformação constitui um desafio sistémico e multifacetado para a comunicação pública em Moçambique, com implicações directas na eficácia das políticas governamentais, na confiança institucional e na participação pública. A disseminação de informações falsas ou deliberadamente distorcidas, particularmente nas plataformas digitais e redes sociais, compromete a recepção correcta das mensagens oficiais, podendo provocar interpretações equivocadas, resistência às campanhas públicas e polarização social, segundo Wardle e Derakhshan (2017). Este fenómeno evidencia a necessidade de desenvolver mecanismos institucionais robustos de verificação de factos, bem como de estratégias de literacia digital voltadas para a capacitação crítica do cidadão.

Os impactos da desinformação manifestam-se de diversas formas. No domínio da saúde pública, por exemplo, mensagens falsas sobre vacinas ou tratamentos podem reduzir a adesão da população a programas de imunização, colocando em risco a saúde colectiva. Em contextos políticos e eleitorais, a circulação de notícias inverídicas ou manipuladas pode distorcer o debate público, influenciar percepções eleitorais e minar a confiança nas instituições. Já em situações de emergência, como ciclones e inundações, a desinformação pode comprometer a eficácia das campanhas de alerta e a segurança da população.

Para além disso, a desinformação contribui para a polarização digital, segmentando a população em bolhas informativas e dificultando o diálogo social. Livingstone (2012) argumenta que a baixa literacia digital, aliada à limitada capacidade de verificação de conteúdos por parte de muitos cidadãos, amplifica a vulnerabilidade ao consumo de notícias falsas. E essa realidade, reforça a necessidade de integrar estratégias de literacia digital em programas de comunicação pública, garantindo que o cidadão seja capaz de discernir informações confiáveis de conteúdos fraudulentos ou manipulados.

Para mitigar os impactos da desinformação, torna-se necessário uma abordagem integrada que combine monitoria contínua das plataformas digitais, capacitação de profissionais de comunicação pública, campanhas educação cívica e políticas de transparência institucional. Estratégias de *fact-checking* associadas a promoção de literacia digital fortalecem a capacidade da população de interpretar de forma crítica informações recebidas, ampliando a confiança nas mensagens oficiais e promovendo uma comunicação pública mais eficaz, inclusiva e resiliente frente a desafios informativos.

2.4.5 Fake news em Estados de Direito Democrático

Empoli (2019), analisa como a desinformação é usada como arma política, minando a confiança pública e polarizando as sociedades. Na verdade baseou-se em estudos pioneiros sobre a desinformação, com destaque para Neumann (1974), que sobre a teoria da “*espiral do silêncio*”, explica como a opinião pública é moldada pela percepção do que é dominante.

Para Moçambique, estes conceitos (desinformação; espiral do silêncio e opinião pública) podem ser agravadas pela disseminação de narrativas manipuladas, que reduzem a diversidade de vozes e aumentam a polarização. Justamente neste aspecto da polarização, a experiência de Moçambique pôde ser observada durante as tensões urbanas caracterizadas por manifestações violentas, resultado da crise pós-eleitoral de Outubro de 2024 em que boatos³ ou narrativas manipuladas sobre alegados “homens catana” geraram pânico na Cidade e região metropolitana de Maputo.

2.4.6 A verificação de factos em Moçambique

Em Moçambique, a prática de verificação de factos é emergente, mas ganhou visibilidade com a criação da Plataforma “Credível”, uma iniciativa do GABINFO. No entanto, Moçambique conta com iniciativas independentes, nomeadamente, MozCheck e MISACheck. A “Credível” actua

³ Refere-se à circulação de informações não verificadas que se espalham rapidamente entre indivíduos e grupos sociais, muitas vezes sem qualquer comprovação factual. Allport e Postman (1947) descrevem o boato como uma narrativa que emerge em contextos de incerteza, onde há lacunas de informação ou elevada ansiedade social. Este tipo de comunicação se caracteriza por ser distorcido ao longo de sua propagação, adquirindo diferentes interpretações conforme circula entre as pessoas.

como observatório de verificação de factos públicos, examinando conteúdos virais e declarações públicas do governo.

Contudo, a sustentabilidade da prática de *fact-checking* em Moçambique debate-se com obstáculos relevantes, mormente, recursos humanos e financeiros limitados; falta de regulamentação e apoio institucional; baixa penetração das práticas verificadas nos meios de comunicação tradicionais e; falta de articulação entre *fact-checkers*, educadores e instituições públicas.

Apesar disso, o recrudescimento da desinformação nas redes sociais tem impulsionado a necessidade de consolidar e expandir estas práticas, tornando-as parte integrante das estratégias de comunicação pública, educação e jornalismo. Para tal, é fundamental investir em capacitação técnica contínua dos profissionais, fomentar a cooperação entre iniciativas do governo e independentes, e promover políticas públicas que incentivem a literacia digital e mediática. A integração do *fact-checking* nas rotinas editoriais dos meios de comunicação e nos currículos escolares pode ampliar o alcance e a eficácia dessas acções. Assim, a verificação de factos poderá evoluir de uma prática reativa para um mecanismo estruturante de defesa do ecossistema de informação em Moçambique.

2.4.7 Tecnologias no *fact-checking*

Zuboff (2019), explora como tecnologias *blockchain*, por exemplo, podem ser usadas para fortalecer o combate à desinformação, garantindo transparência e eficiência. Essa visão tem como base de sustentação Murray (2003), que defende a integração de narrativas digitais no *design* de ferramentas tecnológicas. A combinação destas teorias sugere que a Plataforma “Credível” poderia integrar soluções tecnológicas adaptadas às necessidades locais, como verificadores de factos baseados em tecnologias que operem em várias línguas regionais e com baixa largura de banda.

Em síntese, a revisão da literatura demonstra que a comunicação pública em Moçambique enfrenta constrangimentos estruturais e socioeconómicos que comprometem a eficácia das mensagens institucionais, evidenciando a centralidade da literacia digital e das plataformas de verificação de factos no combate à desinformação e no fortalecimento da participação cívica.

Experiências como a Credível, a MozCheck e a MISACheck confirmam a pertinência de estratégias integradas que articulem educação digital, monitoria de informação e comunicação multicanal. Essas contribuições teóricas e práticas sustentam os objetivos da presente investigação, que se orienta para a análise da eficácia das ferramentas de *fact-checking* e para a avaliação do impacto da literacia digital na recepção de mensagens públicas. Ao mesmo tempo, constituem a base conceptual que fundamenta a transição para o capítulo seguinte, dedicado à Metodologia de Pesquisa, assegurando coerência, rigor e consistência científica na condução do estudo.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA PESQUISA

No geral, quanto a natureza, a presente pesquisa é mista visto que combina os métodos qualitativos com quantitativos, ora vejamos: apresenta a abordagem qualitativa, baseada nas seguintes técnicas de pesquisa: revisão documental e bibliográfica; entrevista semi-estruturada, e observação da actuação da Plataforma “Credível”. Pelo que, sobre a abordagem qualitativa a pesquisa privilegiou o inquérito suportado por análise estatística de diversos dados recolhidos no campo.

3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo enquadra-se na pesquisa aplicada, pois busca oferecer soluções práticas para um problema específico: “os desafios enfrentados pela Plataforma “Credível” no combate a desinformação em Moçambique”. Trata-se de um estudo que busca compreender e intervir na realidade social, com potencial de contribuir para a melhoria de políticas públicas e práticas comunicacionais, especialmente nas áreas de literacia digital, verificação de factos públicos e cidadania de informação.

3.2 Métodos e técnicas de pesquisa

Especificamente, sobre os métodos de abordagem, recorreu-se ao hipotético-dedutivo que a partir do qual, observa os fenómenos gerais relacionados à disseminação de desinformação em alguns Estados para, posteriormente, especificar padrões e propor estratégias de mitigação na realidade de Moçambique. Esta é fundamental na identificação de práticas de *fact-checking* existentes e na avaliação de sua eficácia, levando em consideração factores culturais, tecnológicos e socioeconómicos. Igualmente, permite a formulação de hipóteses, que na conclusão serão reavaliadas com o objectivo de refutar e confirmar, em função de análise teórica e empírica sobre os desafios, e oportunidades para a “Credível”.

3.2.1 Selecção dos participantes da pesquisa

De princípio, o universo do estudo foram funcionários do GABINFO que estão directa ou indirectamente envolvidos na operacionalização da “Credível”, jornalistas, especialistas em comunicação; representantes de organizações da Sociedade Civil e população em geral das

províncias: Nampula (Região Norte); Sofala (Região Centro) e Maputo (Região Sul), de acordo com a tabela que se segue:

Tabela 1 – Resumo da composição da Amostra

Categoria	Número de participantes
Cidade/Província de Maputo	18
Outras províncias (Niassa, Nampula, Sofala e Manica)	7
Género masculino	23
Género feminino	15
Idade predominante (30–45 anos)	18
Licenciados	22
Pós-graduados	7

Fonte: Autor, 2025

A amostra é intencional não probabilística, escolhida com base em critérios de relevância para os objectivos do estudo e busca representar diversos extractos sociais, profissionais e geográficos, garantindo a heterogeneidade de visões.

3.2.2 Recolha e análise de dados

A recolha de dados foi realizada em duas fases, designadamente: *i*) pesquisa bibliografia, correspondente a consulta de documentos primários e de bibliografia geral sobre o tema analisado; *ii*) pesquisa de campo, a partir da aplicação dos seguintes instrumentos de recolha de dados: questionário; entrevista e observação.

A análise de dados qualitativos seguiu os princípios da análise de conteúdo conforme Bardin (2011), recorrendo as seguintes etapas principais: *i*) Pré-análise ou leitura flutuante; *ii*) Exploração do material ou codificação e categorização, e *iii*) Tratamento e interpretação dos resultados, enquanto que os dados quantitativos recolhidos por questionário foram analisados de forma descritiva, para identificação de padrões e tendências.

3.2.3 Revisão bibliográfica e pesquisa documental

A revisão bibliográfica e documental fundamenta teoricamente a pesquisa, proporcionando uma compreensão crítica e aprofundada das plataformas de verificação de factos públicos, com ênfase

na sua eficácia ao contexto moçambicano. Esta etapa visou apoiar todos os objectivos do estudo, desde a identificação conceptual até a formulação de estratégias para a comunicação digital. A revisão bibliográfica concentrou-se em três eixos principais: *i)* conceptualização e tipologia das plataformas de *fact-checking*; *ii)* estudos e documentos sobre a “Credível”; *iii)* avaliações críticas sobre eficácia e impacto das iniciativas de *fact-checking* em Moçambique. Foram utilizadas fontes académicas e institucionais, seleccionadas conforme critérios de actualidade, relevância e rigor científico.

3.2.4 Inquérito por questionário

O inquérito por questionário foi aplicado aos comunicadores do governo afectos nas províncias de Maputo, Manica, Sofala, Nampula e Niassa. O instrumento contém questões diversas, visando medir o grau de exposição à desinformação; avaliar o conhecimento sobre a Plataforma “Credível”; compreender percepções sobre *fact-checking* e literacia digital; levantar sugestões sobre melhorias na comunicação digital institucional. Os resultados foram analisados de forma descritiva e serviram como subsídio para a pesquisa.

3.2.5 Entrevista semi-estruturada

As entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas com profissionais directamente envolvidos na comunicação digital e no combate à desinformação. Referimo-nos aos gestores da Plataforma “Credível”, jornalistas, comunicadores, representantes da sociedade civil e especialistas em comunicação. As entrevistas buscaram compreender o historial da plataforma; práticas e ferramentas utilizadas; percepções sobre o impacto social; barreiras e possibilidades de expansão. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com base em categorias temáticas.

3.2.6 Observação directa

Foi realizada a observação directa em interações *online* da “Credível”, especialmente no seu portal digital e redes sociais. Foram observados os tipos de conteúdos verificados; forma de comunicação com o público; reações dos usuários; estratégias de engajamento. Os registos foram feitos em diário de campo, com notas sistematizadas. Esta técnica permitiu captar elementos discursivos, simbólicos e operacionais que nem sempre emergem nas entrevistas e inquérito.

3.2.7 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011) é um método e uma técnica que consiste em obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferências sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens. No contexto da presente dissertação, a análise do conteúdo foi o procedimento central da pesquisa bibliográfica e a triangulação de dados e informações. A combinação de análise de conteúdo e triangulação permitiu identificar categorias temáticas; interpretar sentidos e padrões discursivos; relacionar com os objectivos específicos da dissertação, buscando responder a pergunta de pesquisa.

3.2.8 Integração metodológica

A pesquisa utilizou três técnicas de recolha de dados, nomeadamente: inquérito por questionário, entrevistas semi-estruturadas e observação. Cada uma destas abordagens forneceu contributos distintos, mas complementares, permitindo uma triangulação (Creswell & Clark, 2011) e uma análise holística do ecossistema de verificação de factos em Moçambique.

O inquérito por questionário, de natureza quantitativa, permitiu aferir percepções gerais sobre a Credível, frequência de utilização, credibilidade percebida, e expectativas dos cidadãos sobre o papel do Estado e das organizações da sociedade civil no combate à desinformação.

Seguidamente, as entrevistas trouxeram densidade interpretativa, com destaque para os discursos dos jornalistas, comunicadores de governo, especialistas de media; representantes da sociedade civil e utilizadores em geral. Por fim, a observação directa participativa permitiu aferir a operacionalização prática da plataforma, verificando limitações como a ausência de actualização em tempo real, baixa acessibilidade e descontinuidade do site institucional.

3.3 Considerações éticas na pesquisa

O estudo respeitou rigorosamente os princípios éticos estabelecidos para a pesquisa científica envolvendo seres humanos, conforme as directrizes internacionais e os normativos nacionais de ética em pesquisa. O compromisso com a integridade, transparência e respeito aos participantes foi observado em todas as etapas do estudo.

Todos os participantes da pesquisa de campo foram informados sobre os objectivos da pesquisa, os procedimentos adoptados, de tal forma que, o envolvimento foi voluntário, com consentimento livre e esclarecido. Foi assegurado o anonimato dos participantes, excepto quando houve autorização expressa para identificação. Os dados recolhidos foram utilizados exclusivamente para fins académicos e mantidos sob confidencialidade, respeitando a privacidade e a dignidade dos envolvidos.

Durante a realização de entrevistas e observações, os registos foram realizados de forma ética e não intrusiva, garantindo que nenhuma informação sensível fosse exposta indevidamente. Todo o material será arquivado em meio seguro e de acesso restrito ao pesquisador responsável.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Apresentação e análise de dados colectados

A presente secção dedica-se à apresentação e análise dos dados recolhidos durante o trabalho de campo, realizados por meio de inquéritos por questionário, entrevistas semi-estruturadas e observação directa. O objectivo é expor de forma sistemática os resultados recolhidos, permitindo compreender as percepções, práticas e desafios relacionados com a verificação de factos em Moçambique, com especial destaque para a Plataforma “Credível”.

A análise dos dados segue a lógica previamente definida na metodologia, combinando uma abordagem descritiva, destinada a caracterizar os participantes e as respostas obtidas, com uma interpretação crítica orientada pelos objectivos do estudo. Procura-se, assim, estabelecer relações entre as evidências empíricas e o quadro teórico apresentado, assegurando coerência analítica e rigor científico.

4.1.1 Apresentação da Plataforma “Credível” como objecto de Estudo

O objecto central desta investigação é a Plataforma “Credível”, iniciativa pública criada em Novembro de 2020 pelo Gabinete de Informação (GABINFO), com o objectivo de combater a desinformação e assegurar a divulgação de informação fidedigna no espaço público moçambicano. A plataforma funciona como um serviço de *fact-checking* de factos públicos, disponibilizando verificações sobretudo através do seu portal digital e de redes sociais associadas, em particular o Facebook, que constitui o principal canal de divulgação e interacção com público.

Figura 1: Ilustração da página de Facebook da “Credível”



Fonte: Página do Facebook da “Credível”

A “Credível” opera a partir da cidade de Maputo, em ambiente institucional integrado ao GABINFO. O espaço é marcado por uma estrutura administrativa e tecnológica básica, centrada em equipas de profissionais que realizam a recolha, selecção e análise de informação, para além da elaboração de selos de verificação. O funcionamento decorre em ambiente de forte pressão informativa, dada a velocidade de circulação de notícias nas redes sociais e a limitação de recursos técnicos e humanos disponíveis.

A iniciativa tem um perfil predominantemente urbano, pois alcança usuários conectados a partir das 10 capitais provinciais, incluindo a cidade de Maputo com maior cesso à internet. A presença da “Credível” em contextos rurais mostrou-se limitada, reflectindo não apenas restrições de infraestrutura digital, mas também a ausência de estratégias multilinguísticas capazes de abranger a diversidade sociocultural do país.

Em termos de percepção pública, verificou-se que a “Credível” ainda carece de maior visibilidade e legitimidade social. Os cinco entrevistados reconheceram a sua importância como iniciativa pioneira no país, mas destacaram fragilidades relacionadas à dependência governamental, à sustentabilidade financeira e à ausência de estratégias de engajamento comunitário. Ainda assim, a plataforma constitui um passo relevante para institucionalizar

práticas de *fact-checking* em Moçambique, servindo de referência para futuras iniciativas, incluindo experiências emergentes como a MozCheck e a MISACheck.

4.1.2 Apresentação de dados recolhidos sobre a Plataforma “Credível”

A amostra foi composta maioritariamente por residentes e profissionais da Cidade e Província de Maputo, que em termos estatísticos correspondem a de 60%. Fazem parte desta percentagem, embora em números reduzidos, os inquiridos a partir das províncias de Nampula, Sofala, Manica e Niassa. Observa-se um *viés* urbano, especialmente ligado a centros de decisão e comunicação. Em termos etários, predominam adultos entre 30-45 anos de idade, o que evidencia uma amostra de profissionais activos e familiarizados com o ambiente digital.

Quanto ao género, 60,5% dos inquiridos são do sexo masculino e 39,5% feminino. Estes números evidenciam um desequilíbrio de género que poderá estar relacionado com o domínio das TIC e do jornalismo em contextos urbanos moçambicanos. No tocante à formação, 58% dos participantes são graduados e cerca de 18% pós-graduados, o que indica um nível de instrução elevado, por isso, considerado coerente com os sectores profissionais representados, designadamente, comunicação, jornalismo, marketing, TICs e docência.

4.1.3 Conhecimento sobre *fact-checking*

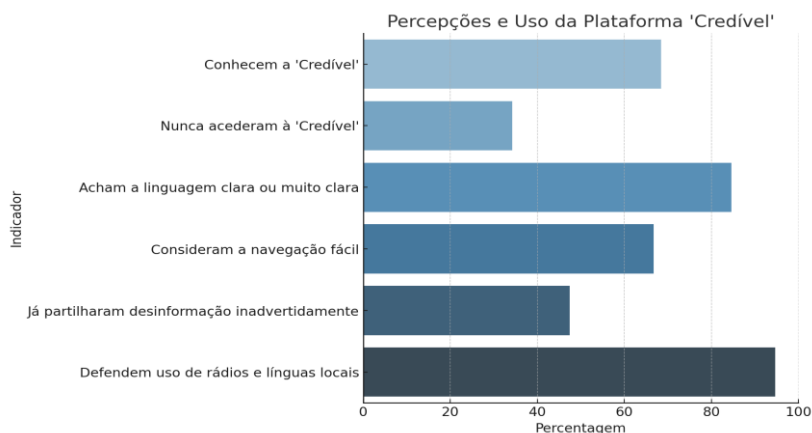
A análise dos dados revela que 50% dos inquiridos já ouviram falar de plataformas de *fact-checking* em Moçambique, o que demonstra uma consciencialização moderada sobre a existência desse tipo de iniciativa no país. Apesar disso, a menção espontânea de plataformas é bastante restrita, indicando que há um conhecimento difuso e pouco consolidado sobre quais entidades efectivamente realizam verificação de factos. A maioria das respostas aponta apenas nomes genéricos ou associa plataformas a meios internacionais, como a AfricaCheck. Este padrão sugere que, embora o termo “*fact-checking*” tenha alguma penetração entre os profissionais activos nas áreas da comunicação, TICs e educação, o seu conceito ainda carece de apropriação mais ampla, sobretudo no que diz respeito às especificidades das plataformas locais.

4.1.4 Conhecimento sobre “Credível”

No que tange à plataforma “Credível”, os dados demonstram uma familiaridade ligeiramente superior: 68,4% dos inquiridos afirmam ter ouvido falar da plataforma, embora apenas 31,6% a tenham citado espontaneamente quando questionados sobre plataformas de *fact-checking* no geral. Este dado evidencia uma discrepância entre o conhecimento induzido e o conhecimento real da marca, indicando que o seu reconhecimento ainda é frágil perante outras fontes de informação e verificação.

A origem desse conhecimento reside sobretudo nas redes sociais (59,3%), seguidas de contactos informais como colegas de trabalho e eventos profissionais. No entanto, esse reconhecimento não se traduz numa utilização efectiva da plataforma, como ilustrado nos dados de frequência de acesso: 60,5% afirmam aceder esporadicamente; 34,2% nunca acederam à plataforma; Apenas 5,3% acedem com alguma regularidade. Para além disso, o meio de acesso mais utilizado é o website (37,9%), seguido do WhatsApp (27,6%) e Facebook (24,1%), o que demonstra uma actuação tímida da “Credível” nas plataformas digitais com maior penetração em Moçambique, como o WhatsApp, que lidera o consumo de informação entre os moçambicanos (DataReportal, 2024). Os dados sugerem que o nível de conhecimento da marca “Credível” não se traduz em engajamento efectivo, sendo necessário reforçar a sua presença e explorar melhor os meios de comunicação que fazem parte do ecossistema de informação do público-alvo.

Figura 2: Nível de conhecimento da “Credível”



Fonte: Autor, 2025.

4.1.5 Percepções sobre clareza, eficácia e navegabilidade da “Credível”

Sobre a linguagem aplicada pela “Credível”, o estudo revela que 57,7% não considera linguagem clara e 15% expressar dificuldade em compreensão do conteúdo revelado pela “Credível”. Porém, 33,3% consideram que a navegação não é fácil, o que representa um obstáculo importante à massificação da sua utilização.

Sobre a questão de eficácia da “Credível”, 50% faz uma avaliação positiva e 33,3% afirma que a plataforma não é eficaz. As justificações qualitativas indicam confiança institucional, valorizando o facto de estar ligada ao GABINFO, mas criticam a lentidão da resposta e a falta de interacção com os utilizadores.

A pontuação média atribuída situa-se entre 3-4 numa escala de 1-5, revelando uma percepção positiva, mas não entusiasta, o que é consistente com os comentários sobre o carácter “reactivo” e “distante” da plataforma. Tal avaliação sugere que, embora a “Credível” seja reconhecida como uma iniciativa relevante no combate à desinformação, os utilizadores sentem falta de maior proximidade, interacção e actualização em tempo real. 65% dos inquiridos referem que a plataforma “chega tarde” ou “não responde aos contextos locais”, o que reduz o seu impacto prático.

4.1.6 Padrões de desinformação

47% dos inquiridos admitiram ter partilhado desinformação sem saber, evidenciando o desafio da verificação preventiva e da literacia digital. Os temas mais referidos como sujeitos a desinformação foram: *i)* Política (a grande maioria das menções); *ii)* Saúde pública, especialmente doenças e vagas de emprego falsas; *iii)* Economia e governação.

As redes sociais continuam a ser o meio predominante de difusão da desinformação, com Facebook (81,6%) e WhatsApp (68,4%) no topo, seguidos por TikTok e Telegram. Estes dados sustentam o argumento de que o combate à desinformação deve priorizar esses canais, inclusive com conteúdos próprios da “Credível”.

4.1.7 Estratégias e expectativas do público

94% dos inqueridos defendem a inclusão de rádios comunitárias e línguas locais como meios para difusão de conteúdos verificados, o que indica a necessidade urgente de descentralização da comunicação. Essa forte adesão sugere que os cidadãos reconhecem o papel estratégico dos media de proximidade na construção da confiança pública e no combate à desinformação em contextos rurais e periféricos. A preferência por canais comunitários revela também uma crítica implícita à centralização das actuais estratégias de verificação, que tendem a privilegiar ambientes digitais urbanos.

As sugestões oferecidas para melhorar a “Credível” incluem *i*) maior presença em redes sociais e aplicativos móveis; *ii*) tradução dos conteúdos para línguas locais; *iii*) capacitação e formação contínua de jornalistas; *iv*) explicitação das metodologias de verificação; *v*) rapidez na resposta aos boatos e; *vi*) interactividade e espaço para denúncias.

Estas respostas reforçam os princípios defendidos por Jenkins (2009) e UNESCO (2023) ao destacar a importância de participação do público, transparência de processos e articulação entre actores sociais. Ambas as referências sublinham que a eficácia das plataformas de verificação não reside apenas na sua capacidade técnica, mas na criação de ecossistemas que envolvam cidadãos, instituições de ensino, media e sociedade civil. A ideia de cultura participativa, como defendida por Jenkins (2009), pressupõe que os utilizadores não sejam apenas receptores de informação verificada, mas também agentes activos no processo de validação e circulação de conteúdos.

A análise dos dados do inquérito confirma que, embora a “Credível” seja reconhecida por parte da população urbana e escolarizada, carece de penetração popular, acessibilidade, dinamismo e confiança plena. As estratégias sugeridas pelos próprios inquiridos apontam para a necessidade de um reposicionamento estratégico centrado no utilizador, multilingue, integrado e proactivo.

4.1.8 Análise da “Credível” com base na observação

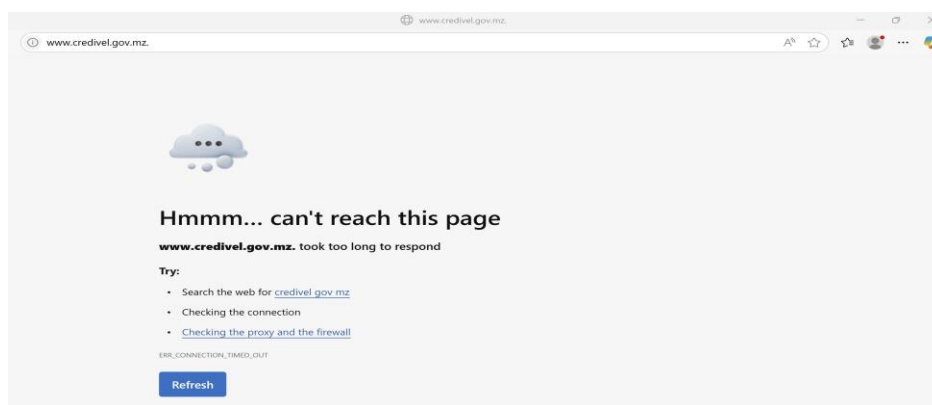
A observação constituiu uma das técnicas qualitativas utilizadas para avaliar a actuação da “Credível” no ambiente digital. A análise incidiu particularmente sobre três canais, nomeadamente, website, página institucional no Facebook e os conteúdos verificados divulgados

em formatos digitais diversos. Os dados recolhidos permitiram consolidar as impressões anteriormente captadas no inquérito e nas entrevistas semi-estruturadas.

Durante o período de observação, constatou-se que o website oficial da “Credível” esteve alguns dias fora do ar. Isso ocorreu nos dias 23 de Junho a 08 de Julho de 2025, o que impossibilitou o acesso público ao acervo de conteúdos verificados, por um lado e por outro, os nossos planos de pesquisa. Em versões anteriores da plataforma, analisadas previamente, registava-se uma média de duas a três publicações por semana, com datas, rúbricas e assinatura institucional visíveis. No entanto, o actual estado de inacessibilidade compromete a monitoria contínua do seu funcionamento e actualizações.

Por outro lado, a ausência de actualização em tempo real que contrasta com a velocidade de disseminação de rumores nas redes sociais, reforça a percepção de que a “Credível” actua de forma reactiva, e não preventiva. Tal constatação é coerente com os resultados do inquérito, em que cerca de 60,5% dos inquiridos apontaram que a resposta às *fake news* é lenta, sendo que apenas 33,3% consideraram a plataforma eficaz de forma plena.

Figura 3: Ilustração da página web da “Credível”



Fonte: Motor de busca World Wide Web (www)

4.1.8.1 Transparência metodológica

A secção “Sobre nós” da plataforma apresenta os propósitos e missão do projecto, mas carece de explicitação clara dos métodos utilizados para a verificação de factos. Não verificamos detalhes

sobre a selecção das fontes, a triagem editorial, nem sobre os critérios técnicos ou jornalísticos utilizados para validar ou desmentir uma afirmação.

Essa ausência de metodologia pública enfraquece a credibilidade percebida, pois conforme apontam Brochado (2013) e UNESCO (2023), a confiança em mecanismos de verificação depende da exposição clara do processo que sustenta o conteúdo publicado. O público precisa compreender como a verdade é construída, e não apenas aceitar o resultado da verificação.

4.1.8.2 Interactividade

A presença da “Credível” nas redes sociais, especialmente no Facebook, evidencia um uso predominantemente institucional e unidireccional. A equipa raramente responde aos comentários dos seguidores, não existe uma secção dedicada a denúncias do público e o espaço de debate é praticamente inexistente. Essa característica distancia a plataforma dos princípios da comunicação em rede e da cultura participativa, conforme proposto por Jenkins (2009).

Assim, a ausência de mecanismos de diálogo compromete a construção de uma relação de confiança contínua com o público, e reduz a eficácia do *fact-checking* como prática de educação e social. Abaixo, apresenta-se a tabela com o número de publicações mensais da “Credível” em 2023 e 2024:

Tabela 2: Ilustração das publicações da “Credível” em 2023-2024

Ord	Nome	Data da criação da página	Nr Seguidores	Nr/Publicações												Interação com público	Obs	
				2023														
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total		
1	Credível	27 Julho de 2021	388.00	18	10	11	5	5	9	5	9	5	6	13	10	106	A página não interage com o seu público	
				2024														
				12	7	5	12	9	5	5	13	2	0	0	0	70		

Fonte: Autor, 2025.

4.1.8.3 Análise e interpretação das publicações da “Credível” 2023-2024

Os dados extraídos da matriz de observação revelam variações significativas no ritmo de publicações da plataforma “Credível” entre os anos de 2023-2024. Em 2023, a produção mensal oscilou entre 5-18 publicações, com destaque para os meses de Janeiro (18), Fevereiro (10),

Novembro (13) e Dezembro (10). Em 2024, observou-se uma tendência geral de redução, com uma média mais baixa de publicações, sendo que nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, embora possa se considerar momento de auge de informações diversas, não se registaram quaisquer actualizações.

Do ponto de vista descritivo, 2023 apresentou uma média de aproximadamente 8,75 publicações/mês, enquanto em 2024, nos meses analisados (Janeiro - Setembro), a média baixou para cerca de 7,78 publicações/mês, com uma acentuada interrupção total nos últimos três meses disponíveis. Esta queda pode ser interpretada como indicador de fragilidade operacional e descontinuidade editorial, comprometendo a eficácia da plataforma no combate à desinformação, especialmente em períodos sensíveis de pós-eleições e reconfiguração institucional.

A plataforma demonstrou maior actividade nos primeiros trimestres de ambos os anos, o que pode estar relacionado com ciclos de maior intensidade informativa, como eventos políticos e socioculturais relevantes. No entanto, a incapacidade de manter uma cadência contínua e regular de actualizações aponta para um problema estrutural, teoricamente identificado por Graves (2016), ao observar que a fiabilidade de uma unidade de verificação de factos depende da sua regularidade, previsibilidade e capacidade de resposta em tempo real.

Este padrão de produção também dialoga com os relatos dos entrevistados, como Rui Lamarques (2025, cp), que testemunhou a ausência de uma cultura institucionalizada e sustentável de *fact-checking* em Moçambique. A própria desativação do website da “Credível”, confirmada durante a observação directa participativa, agrava o problema ao limitar os canais de acesso à informação verificada, contrariando os princípios de abertura, transparência e *accountability* defendidos pela *International Fact-Checking Network* (IFCN, 2021) e UNESCO (2023).

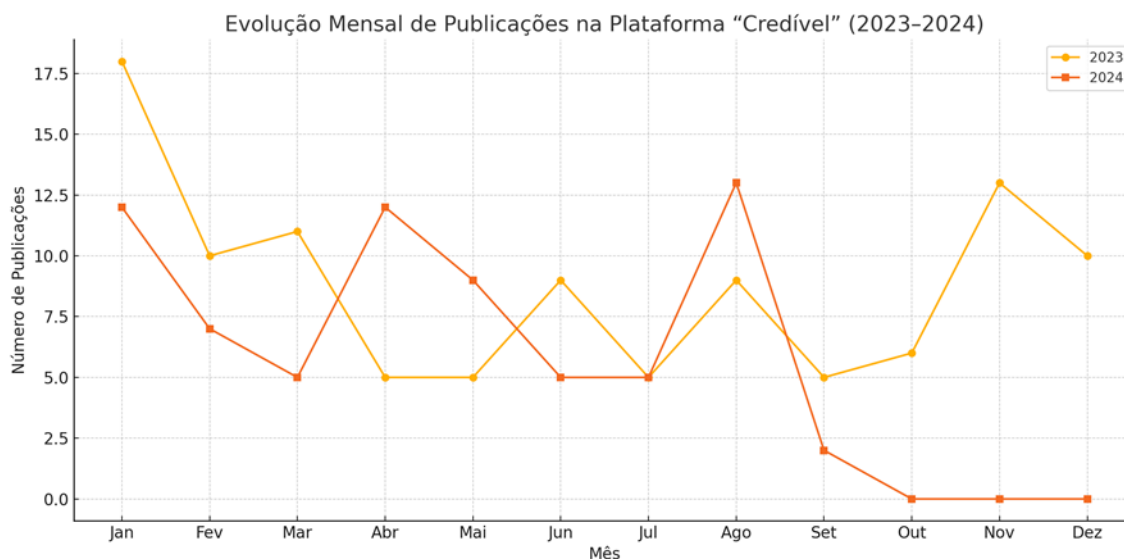
A irregularidade editorial da “Credível” constituiu, adicionalmente, um dos aspectos preocupante no que diz respeito a repercussão social. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), a eficácia da verificação depende, entre outros factores, da velocidade da resposta à desinformação, uma variável que a plataforma actualmente não consegue acompanhar, especialmente com a descontinuidade registada no último trimestre de 2024. Esta lacuna temporal implica que rumores e conteúdos enganosos podem circular livremente por períodos prolongados, sem qualquer intervenção correctiva, o que fragiliza o papel institucional da plataforma.

Do ponto de vista estratégico, a queda abrupta nas publicações coincide com um período em que as entrevistas indicam necessidade crescente de uma dimensão territorial, ampliação das parcerias e descentralização da ação verificadora, o que levanta dúvidas quanto à capacidade da “Credível” de acompanhar o dinamismo da desinformação nas plataformas sociais. A considerada inércia nos meses finais de 2024 pode reflectir problemas orçamentais, transição política, ausência de mecanismos de monitoria, ou ainda, a centralização decisória no GABINFO, todas essas questões anteriormente foram mencionadas pelos nossos entrevistados.

Portanto, a análise das publicações mensais da “Credível” reforça o argumento de que a sustentabilidade editorial, a regularidade na produção e a capacidade de resposta são componentes essenciais para que uma plataforma de *fact-checking* cumpra a sua missão social. A oscilação e posterior inactividade registadas sugerem a necessidade urgente de revisão da estratégia institucional, reforço dos recursos humanos e tecnológicos, e diversificação dos canais de distribuição, sobretudo com foco nas comunidades menos conectadas tanto no meio urbano, quanto no rural.

A estes desafios, soma-se a urgência de desenvolver políticas públicas e mecanismos de governança partilhada, que garantam a autonomia operacional e pluralidade editorial da iniciativa, requisitos fundamentais para a sua legitimidade junto ao público e à comunidade mediática (Jenkins, 2009; Hobbs, 2010; Muchisse, 2021).

Figura 4. Evolução comparativa dos anos 2023-2024 das publicações mensais na “Credível”



Fonte: Autor, 2025.

4.1.8.4 Clareza formal *versus* inclusão popular

As publicações analisadas apresentam uma linguagem formal e clara, compatível com os padrões da comunicação institucional. No entanto, verifica-se pouco uso de recursos visuais, linguagem simbólica ou formatos populares (memes, vídeos curtos, ilustrações), que poderiam ampliar o alcance da mensagem entre públicos de baixa escolaridade ou menos familiarizados com o discurso jornalístico tradicional.

A análise estatística complementa essa leitura, ora vejamos: embora 84,6% dos inquiridos tenham considerado a linguagem clara ou muito clara, apenas 66,7% julgaram a navegação fácil, o que demonstra que a acessibilidade não é apenas uma questão de texto, mas também de formato e *design* de comunicação.

4.1.8.5 Regularidade editorial

A regularidade da publicação de conteúdos verificáveis oscila em função do contexto político e social. Em períodos de maior tensão de informação, como campanhas eleitorais ou crises, há maior actividade. Fora desses períodos, registam-se semanas sem actualizações, o que limita o efeito preventivo e pedagógico da plataforma.

Esta irregularidade editorial reforça a natureza reactiva da “Credível”, uma das críticas mais presentes nas respostas abertas dos inquiridos e entrevistas com jornalistas. Para consolidar a sua função pública, a plataforma poderia actuar de forma sistemática, contínua e independente de agendas governamentais ou conjunturas políticas. Contudo, a observação reforça as conclusões empíricas de outras técnicas de recolha de dados e informação na perspectiva segundo a qual, a “Credível” precisa ser reposicionada como um serviço público estruturado, transparente, participativo e acessível. O seu impacto será maior quanto for capaz de actualizar conteúdos com agilidade e regularidade; explicar os seus métodos de verificação de forma clara; criar canais permanentes de escuta e participação pública e; traduzir a informação verificada em formatos e linguagens adequadas aos diferentes segmentos da sociedade moçambicana.

4.2 Apresentação e discussão dos resultados obtidos

A análise e discussão dos resultados é orientada pelos objectivos específicos do estudo, procurando avaliar a eficácia da Plataforma “Credível” e situá-la no contexto mais amplo da comunicação digital e da literacia mediática em Moçambique. Os resultados revelaram que a “Credível” é amplamente reconhecida entre comunicadores e utilizadores urbanos conectados, mas a sua penetração em zonas rurais permanece reduzida. Essa constatação confirma a análise de Castells (2002), segundo a qual a sociedade em rede acentua desigualdades, beneficiando quem já tem acesso tecnológico, enquanto marginaliza populações periféricas.

Verificou-se ainda que a criação da “Credível” responde a uma necessidade urgente de contenção da desinformação em períodos de crise política, tal como destacado por Empoli (2019), ao referir que narrativas manipuladas fragilizam a democracia. Contudo, os entrevistados consideraram a plataforma ainda incipiente no que se refere à sua visibilidade social e legitimidade institucional.

Os dados empíricos indicaram que o funcionamento da Credível é predominantemente reactivo, respondendo a conteúdos virais, em vez de implementar estratégias sistemáticas de monitoria proactiva. Essa característica encontra eco em Wardle e Derakhshan (2017), que defendem que o combate à desinformação deve ser antecipado, com mecanismos de literacia digital e monitoria contínua.

A observação mostrou que a Credível recorre principalmente a plataformas digitais como Facebook e website institucional. Contudo, não explora de forma ampla outros canais de comunicação multicanal, como rádios comunitárias ou redes em línguas locais. Essa limitação reforça a pertinência da abordagem de Jenkins (2006), que sublinha a necessidade de participação cultural e de inclusão de múltiplas linguagens para alcançar públicos diversos.

Entre os desafios mais destacados estão a dependência financeira do Estado, a suspeita de parcialidade política e a falta de recursos humanos especializados. Esses resultados confirmam a análise de Brochado (2013), que identifica a sustentabilidade e a autonomia como condições estruturais para a credibilidade de iniciativas de verificação.

Em síntese, a pesquisa confirma que o combate à desinformação em Moçambique exige mais do que plataformas digitais isoladas; requer um ecossistema integrado, que combine políticas públicas, educação em literacia digital e estratégias de comunicação adaptadas às realidades urbanas e rurais. Assim, a discussão evidencia que os objectivos específicos foram alcançados e, ao mesmo tempo, aponta para a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a relação entre *fact-checking*, confiança pública e literacia digital em contextos periféricos.

4.2.1 Diagnóstico integrado do ecossistema de *fact-Checking* em Moçambique

O ecossistema de verificação de factos públicos em Moçambique encontra-se em estágio embrionário, com avanços simbólicos, mas ainda fragilizado do ponto de vista estrutural, cultural e tecnológico. Esta realidade evidencia-se nas entrevistas realizadas com dois actores-chave do sector. Por exemplo, a partir do relato de Ernesto Nhanala (2025, cp), foi possível perceber que a desinformação se tornou uma preocupação transversal, intensificada durante o recente ciclo eleitoral, em que se registou um aumento expressivo de conteúdos manipulados, discursos de ódio e narrativas falsas disseminadas através das redes sociais. Deste modo, a propagação de

desinformação é movida por interesses político-partidários e que a sua contenção deve resultar de esforços de colaboração entre os media, a sociedade civil e o cidadão comum⁴.

Essa leitura é reforçada por Rui Lamarques (2025, cp) que caracteriza o ecossistema nacional de *fact-checking* como informal, descontínuo e carente de institucionalização. A inexistência de uma cultura jornalística de verificação sistemática de factos revela uma fragilidade nas rotinas de redacção, frequentemente marcadas pela reprodução acrítica de conteúdos não verificados.

Durante a pesquisa de campo, os nossos entrevistados foram unânimes em reconhecerem o papel simbólico da plataforma Credível, iniciativa gerida pelo GABINFO, ao assumir institucionalmente a luta contra a desinformação. Contudo, Rui Lamarques (2025, cp) critica a ligação da “Credível” ao GABINFO, alertando que tal associação compromete a percepção pública de neutralidade e reduz a confiança na imparcialidade da plataforma, enquanto que Ernesto Nhanala (2025, cp), argumenta que a questão da confiança é relativa variando de utilizador para utilizador.

Os desafios estruturais são múltiplos. Para Ernesto Nhanala (2025, cp), a escassez de unidades formais e a ausência de cultura participativa nos media agravam o cenário. Rui Lamarques (2025, cp) acrescenta que a precariedade do jornalismo investigativo, a limitada cobertura de internet fora dos grandes centros e o domínio da oralidade como principal forma de circulação de informação, constituem obstáculos adicionais. Ambos destacam a desconfiança nas instituições e a influência da “verdade do grupo” como barreiras culturais profundas à afirmação de uma cultura de verificação explorada por Hobbs (2010).

Num país em que apenas cerca de 30% da população tem acesso digital, Ernesto Nhanala (2025, cp) alerta para o “efeito cascata” da desinformação que extrapola o ambiente *online* e impacta outros espaços de socialização da informação. Por isso, ambos os entrevistados defendem a importância da literacia digital como pilar preventivo essencial (Wardle e Derakhsan, 2017).

Rui Lamarques (2025, cp) sugere uma abordagem territorial do *fact-checking*, com produção de conteúdos em línguas locais, parcerias com rádios comunitárias, clubes juvenis, igrejas e grupos

⁴ UNESCO (2023). Media and Information Literacy Framework. Paris: UNESCO

teatrais. A utilização de activistas locais como “verificadores populares” é uma proposta inovadora e culturalmente sensível.

Em relação ao modelo ideal de funcionamento, ambos concordam na rejeição a estruturas exclusivamente estatais. Rui Lamarques (2025, cp) propõe uma plataforma independente, com financiamento misto, governança plural e metodologias transparentes. Ernesto Nhanala (2025, cp), por sua vez, enfatiza a responsabilidade colectiva na promoção da educação digital, recomendando iniciativas regulares nas escolas secundárias e mobilização de múltiplos actores sociais.

Quanto às boas práticas internacionais, destacam-se experiências como a da Finlândia, que integrou a literacia mediática nos manuais escolares, e plataformas na Índia que promovem educação digital comunitária. Ambas as entrevistas apontam para a necessidade de adaptação local dessas experiências, respeitando os contextos socioculturais moçambicanos.

Por fim, a análise combinada das entrevistas revela uma convergência em torno de três eixos fundamentais para o fortalecimento do ecossistema nacional de verificação de factos: *i*) descentralização institucional, com foco na apropriação comunitária; *ii*) educação e formação, como base da cidadania crítica; e *iii*) articulação em rede, envolvendo academia, media, sociedade civil e plataformas digitais.

4.2.2 Fragilidade do ecossistema de verificação

Os entrevistados Jeremias Langa, Luís Massalo e Rogério Sítioe (2025, cp) convergem na avaliação de que o ecossistema de verificação de factos em Moçambique ainda se encontra numa fase incipiente, pouco articulada e dependente de iniciativas estatais não sistematizadas. A prática de *fact-checking*, embora reconhecida como urgente e necessária, não é institucionalizada nos media moçambicanos nem reconhecida como uma função essencial do jornalismo de interesse público.

Literalmente, o depoimento de Jeremias Langa (2025, cp) nos faz perceber que:

“[...] só começamos a dar-nos conta da importância do *fact-checking* a partir das manifestações pós-eleitorais de 2024. [...] quero te confessar que em função da minha experiência, nunca imaginei que nós passaríamos por aquelas manifestações. Sabe [...] a profundidade das manifestações de 2024, superam os acontecimentos similares verificadas depois das eleições autárquicas de 2023”. (Jeremias Langa, 2025, cp).

Este diagnóstico reflecte a ausência de um modelo sustentável de produção e circulação de conteúdos verificados, com pouca ou nenhuma integração entre jornalistas, sociedade civil, academia e plataformas tecnológicas. O sistema carece de formação técnica, ferramentas apropriadas e uma cultura jornalística orientada para a verificação e responsabilização das fontes.

A baixa literacia mediática da população e a fragilidade das redacções em termos de recursos humanos e tecnológicos contribuem para que as *fake news* prosperem mais rapidamente do que as correções. Essa constatação alinha-se com os estudos de Graves (2016), que afirma que a velocidade e viralidade da desinformação ultrapassam a capacidade das redacções tradicionais de reagirem com precisão e alcance.

Outrossim, os media locais enfrentam pressões económicas e políticas que dificultam a independência editorial e a adopção de rotinas de verificação como prática profissional contínua. Como alerta UNESCO (2023), países com ambientes de informação frágeis são mais vulneráveis à desinformação por falta de mecanismos institucionalizados e colaborações de media *accountability*.

Em entrevista, Rogério Siteo (2025, cp) fez-nos perceber a sua opinião, pelo que entende que a ausência de uma cultura de exigência de provas ou evidências no debate público, normaliza o consumo de informação sem verificação. Essa situação ganha valor analítico ao ser colocada da seguinte forma, nas palavras do nosso entrevistado:

“[...] a sociedade moçambicana ainda consome muita informação por impulso, por afinidade política ou tribal, sem se preocupar com sua veracidade. Como tal, devemos saber que existem vários estágios de produção; circulação e consumo de informação. [...] o nosso país ainda se encontra em fases iniciais desse processo.” (Rogério Siteo, 2025, cp).

Neste cenário, o *fact-checking* tende a ser confundido com posicionamento político, sobretudo quando confronta declarações de figuras públicas. Isto fragiliza ainda mais os esforços de combate à desinformação e limita o impacto das iniciativas existentes, como a “Credível”.

A crítica transversal à dependência do Estado na estruturação do *fact-checking* institucional evidencia a necessidade de um modelo de governança mais plural, descentralizado e enraizado na sociedade civil. O modelo actual, visto como vertical e de baixa transparência, impede a criação de redes de colaboração eficazes, apontado por Jenkins (2009) como fundamental para a cultura participativa e o engajamento cívico em tempos digitais.

O diagnóstico geral recolhido das entrevistas evidencia que o combate à desinformação em Moçambique ainda está limitado pela ausência de um ecossistema robusto e interligado. A construção desse ecossistema requer *i)* formação especializada em *fact-checking*; *ii)* infraestrutura e ferramentas tecnológicas; *iii)* transparência editorial e independência; *iv)* articulação entre instituições públicas, privadas e comunitárias e; *v)* promoção da literacia digital e mediática.

4.2.3 Percepções sobre a “Credível”

As opiniões dos entrevistados sobre a “Credível” revelam um misto de reconhecimento institucional e desconfiança estrutural. Os três entrevistados, Jeremias Langa, Luís Massalo e Rogério Siteo (2025, cp) reconhecem a iniciativa como necessária e oportuna, sobretudo em contextos de crise e aumento da desinformação. No entanto, todos levantam reservas quanto à forma como a plataforma está institucionalmente posicionada, estrutura da comunicação e operação aplicada.

Para além das reservas estruturais, os entrevistados questionam a falta de transparência metodológica da plataforma, bem como a sua capacidade de resposta em tempo útil aos conteúdos de desinformação que circulam em ambientes digitais voláteis. Foi também apontada a ausência de uma lógica de rede, o que enfraquece a legitimidade da “Credível” perante o público e os profissionais da comunicação. Os interlocutores sugerem que o modelo adoptado reforça uma centralização vertical, pouco compatível com os princípios de um ecossistema participativo de verificação, conforme defendem autores Jenkins (2009) e Graves (2016). Nesse sentido, as percepções revelam uma plataforma que, embora institucionalmente validada, carece de reformulações que promovam independência editorial, dimensão territorial da acção e inclusão dos media comunitários e da sociedade civil.

4.2.4 Dependência do Governo

A ligação directa da plataforma ao GABINFO (Gabinete de Informação), entidade governamental, suscita desconfiança quanto à sua autonomia editorial e à imparcialidade da verificação dos factos, especialmente em situações que envolvem declarações de membros do governo ou do partido no poder. Segundo os entrevistados, essa dependência compromete a credibilidade e alimenta a ideia de que a verificação é usada como instrumento de controlo de narrativas discursivas, e não como uma ferramenta neutra de validação da verdade. Tal percepção agrava-se quando a plataforma actua com baixa transparência nos critérios de selecção dos conteúdos verificados, e quando falha em divulgar publicamente os seus métodos e processos de revisão.

A ausência de prestação de contas e de interacção directa com os públicos-alvo alimenta a ideia de um projecto vertical e institucionalizado, pouco permeável à cidadania de participação. Esse ponto de vista converge com os princípios estabelecidos pela International Fact-Checking Network (IFCN), que defende que a credibilidade de uma plataforma de verificação depende da sua independência política, editorial e financeira, para além da transparência dos seus métodos e fontes. O não cumprimento desses requisitos pode, segundo a IFCN, enfraquecer o papel da verificação como instância democrática de escrutínio público.

4.2.5 Linguagem técnica

Outro aspecto crítico apontado pelos entrevistados, sobretudo por Luís Massalo (2025, cp) é a linguagem excessivamente técnica utilizada nos conteúdos publicados pela plataforma. Essa opção linguística, ao invés de promover a compreensão e o engajamento do público, cria barreira comunicativa, distanciando a “Credível” das realidades do cidadão comum, principalmente nas zonas periféricas e rurais.

Em entrevista, Luís Massalo (2025, cp) testemunhou o seguinte:

“[...] a linguagem da plataforma pode ser complexa para o público. Seria mais fácil termos uma comunicação rápida com as pessoas, com linguagem simples e acessível. Isso seria o ideal, mas na prática as coisas são mais complexas, o que explica a maior parte dos problemas relacionados com a desinformação”. (Luís Massalo, 2025, cp).

Esta crítica pode remeter-nos à importância de modelos de comunicação adaptáveis, como defendido por Freire (1970) e Jenkins (2009), que sugerem que a democratização do conhecimento passa por tornar o discurso acessível, contextualizado e participativo. Quando a linguagem empregue pelas plataformas de verificação é excessivamente institucional ou tecnocrática, tende a excluir precisamente os públicos mais vulneráveis à desinformação. Assim, a adopção de códigos linguísticos simples, narrativas orais, formatos visuais e traduções para línguas locais pode ampliar o impacto da verificação. Em contextos de baixa literacia de informação, a eficácia da comunicação depende tanto da verdade factual quanto da inteligibilidade da sua apresentação.

4.2.6 Ausência de articulação entre a plataforma com outros actores

Os entrevistados também chamam a atenção para a falta de articulação entre a plataforma e outros actores da sociedade civil, jornalistas independentes, académicos e plataformas digitais comunitárias. Essa ausência de lógica em rede compromete o potencial multiplicador da

iniciativa e impede que a verificação de factos se torne uma prática colectiva, descentralizada e institucionalmente integrada.

A estrutura de gestão da “Credível” expressa o oposto de experiências como o Africa Check (África do Sul), o Projecto Comprova (Brasil) ou o Chequeado (Argentina), que operam com modelos de colaboração, abertos e baseados em redes de confiança entre actores diversos e independentes. Estas iniciativas priorizam a transparência dos processos, a diversidade editorial e o envolvimento activo de universidades, jornalistas, organizações da sociedade civil e cidadãos. Ao contrário de estruturas centralizadas e hierárquicas, esses modelos reconhecem que a verificação de factos é mais eficaz quando realizada em ecossistemas plurais e responsivos. A partilha de dados, a auditoria externa e a abertura à crítica pública são mecanismos fundamentais para garantir legitimidade e sustentabilidade institucional. Moçambique pode beneficiar-se ao adaptar essas experiências ao seu contexto sociocultural e de comunicação.

4.2.7 Legitimidade da plataforma e percepção pública

A falta de transparência quanto aos critérios de escolha dos conteúdos a verificar, os métodos aplicados e a ausência de uma equipa editorial visível, reduzem a capacidade da plataforma de gerar legitimidade perante o público. Essa percepção é corroborada pelas respostas do inquérito por questionário, em que a maioria dos inquiridos afirma não confiar totalmente nas verificações realizadas pela “Credível”.

Do ponto de vista técnico, a ausência de uma declaração pública de princípios editoriais e de mecanismos de responsabilização interna reforça a crítica de que a “Credível” opera com lógica institucional e não com lógica jornalística participativa.

Embora a “Credível” represente um passo institucional importante na luta contra a desinformação, o seu impacto está comprometido pela falta de independência, transparência, linguagem acessível e articulação com actores diversos. A sua vinculação directa ao aparelho estatal reduz a percepção de neutralidade, o que enfraquece a confiança pública nos conteúdos verificados. Para além disso, a ausência de estratégias de comunicação inclusivas e multilingues limita o alcance da plataforma em comunidades rurais e menos conectadas. A não integração com

rádios comunitárias, universidades e organizações juvenis compromete o potencial de construção de redes sustentáveis.

4.2.8 Literacia, tempo de resposta e práticas jornalísticas

As entrevistas com os especialistas de media, comunicadores e jornalistas, revelaram três grandes desafios estruturais e operacionais que comprometem o avanço da verificação de factos em Moçambique: *i)* Baixa literacia mediática e digital; *ii)* Morosidade no tempo de resposta das plataformas de *fact-checking* e; *iii)* Fragilidades nas práticas jornalísticas institucionais. A seguir passamos a detalhar alguns aspectos que nos ajudarão a compreender esta problemática:

4.2.8.1 Baixo nível de literacia mediática

A questão da literacia mediática surge como um problema estrutural e transversal. Os entrevistados apontaram que, para além da limitação de acesso físico à informação, sobretudo fora dos centros urbanos, existe uma dificuldade generalizada da população em identificar e avaliar a veracidade de conteúdos que circulam nas redes sociais e nos grupos de mensagens privadas como o WhatsApp. Este ponto encontra respaldo na literatura de Renee Hobbs (2010), que defende que o analfabetismo mediático é um factor de vulnerabilidade social e democrática, em que impede o cidadão de tomar decisões informadas e participar de forma crítica na esfera pública.

4.2.8.2 Tempo de resposta

Outro ponto crítico é o *gap* temporal entre a publicação da desinformação e a emissão da resposta verificada. Para os entrevistados, a verificação dos factos muitas vezes ocorre com atraso, quando a informação falsa teve tempo suficiente para se disseminar, causar impacto e moldar percepções. Em entrevista, Rogério Siteo (2025, cp) observou que o tempo entre a publicação da *fake news* e a verificação tem se demonstrado crítico. Esse problema compromete a eficácia da intervenção, como defendido por Graves (2016), ao explicar que o *fact-checking* é mais eficaz quando acompanha o ciclo da notícia, e não quando reage tardiamente. Em sociedades com redes digitais dinâmicas e polarização política, o tempo de resposta torna-se um factor central de credibilidade.

4.2.8.3 Fragilidade nas práticas jornalísticas e ética profissional

Para além da ausência de cultura de verificação, os entrevistados alertam para a degradação dos padrões profissionais no jornalismo moçambicano, como o uso de fontes não verificadas, o sensacionalismo e a falta de rigor na validação da informação. Esse ambiente permite que a desinformação floresça também dentro das redacções, o que compromete a confiança da sociedade nas instituições de comunicação. Assim, as ferramentas de verificação devem existir, mas como suporte, não como substituto do rigor profissional. Essa observação ecoa o seguinte alerta feito pela UNESCO (2023): o *fact-checking* não deve substituir o jornalismo de qualidade, mas complementá-lo, reforçando a responsabilização, a ética e a confiança.

4.2.9 Descentralização, formação e articulação em rede

A partir das entrevistas realizadas, emergem propostas estratégicas voltadas para o fortalecimento do ecossistema de verificação de factos em Moçambique, estruturadas em três eixos centrais:

- a) Descentralização da plataforma “Credível”;
- b) Formação contínua de actores sociais e profissionais da comunicação e;
- c) Construção de redes de colaboração interinstitucional.

Para os entrevistados, a centralização da plataforma, quer no plano técnico-operacional como institucional, constitui um entrave à eficácia e à legitimação social da iniciativa. Neste contexto, a descentralização é defendida como um mecanismo necessário para garantir que a verificação de factos responda às especificidades regionais, culturais e linguísticas das diversas comunidades.

Durante a entrevista, Luís Massalo (2025, cp) relatou que a descentralização é importante para que a verificação de factos responda às realidades locais e seja mais próxima das pessoas. Tal proposta está alinhada às concepções de Jenkins (2009), que sustenta a importância de estruturas de comunicação em rede e territórios, bem como às directrizes da UNESCO (2023), que advogam por modelos participativos e inclusivos de produção de conhecimento, baseados na colaboração entre actores múltiplos.

Paralelamente, os entrevistados sublinham a urgência de uma estratégia de capacitação técnica em larga escala para jornalistas, como para membros da sociedade civil. A formação em literacia

mediática, em ferramentas digitais e em metodologias de *fact-checking* é vista como condição *sine qua non* para a consolidação de uma cultura de verificação crítica. Neste sentido, Jeremias Langa (2025, cp) enfatizou que é necessário reforçar as competências dos jornalistas e dos próprios cidadãos na identificação de conteúdos manipulados.

Para enfrentar esse défice, recomenda-se que o Estado, as universidades e as organizações da sociedade civil implementem programas de formação contínua em literacia digital e verificação de factos, com conteúdos adaptados ao contexto local e linguagens acessíveis à realidade sociocultural moçambicana (Hobbs, 2010).

Por fim, os entrevistados reforçam a importância de construir uma rede nacional de verificação de factos baseada em articulação interinstitucional, confiança mútua e transparência. A proposta é estabelecer uma estrutura de cooperação entre a academia, os media públicos e privados, plataformas digitais e *fact-checkers* independentes, superando a actual lógica vertical e institucionalizada.

A articulação é fundamental para garantir legitimidade. Este entendimento converge com o conceito de media *accountability* de colaboração, proposto por Graves (2016), que sustenta que a produção da verdade factual deve ser partilhada entre diversos sectores sociais, e não permanecer sob monopólio institucional.

Em suma, os caminhos apontados sugerem que a eficácia do combate à desinformação depende, não apenas da existência de plataformas tecnológicas, mas sobretudo da democratização do acesso ao conhecimento, da descentralização das práticas de verificação e da construção de uma cultura de colaboração orientada para o interesse público.

4.2.10 Perspectiva institucional da “Credível”

A entrevista com Mendes Mutenda (2025, cp), revela o funcionamento interno, os objectivos estratégicos e as tensões estruturais enfrentadas pela plataforma Credível. A visão apresentada traz à tona uma abordagem governamental centrada no controlo da desinformação, mobilizando uma arquitectura multisectorial e uma lógica de responsabilização institucional frente à volatilidade do ambiente informativo digital.

Deste modo, Mendes Mutenda (2025, cp) contextualiza a criação da “Credível” como uma reacção às ondas de *fake news* atribuídas a instituições públicas, através de falsificação de comunicados oficiais. Este fenómeno, como sublinham Wardle e Derakhshan (2017), reflecte os “*desórdenes informativos*” típicos de ecossistemas digitais frágeis, em que a ausência de fontes de confiança e a polarização política facilitam a manipulação do conteúdo. Para contornar essas ameaças, a plataforma assumiu a função de rotular conteúdos como verdadeiros ou falsos, visando mitigar a confusão pública e recentrar o eixo da verdade institucional.

No entanto, como observa Jenkins (2009), a eficácia de qualquer iniciativa mediática no século XXI depende da sua capacidade de se adaptar à cultura participativa e aos meios informais de circulação da informação. O próprio Mendes Mutenda (2025, cp) reconhece que a página de website, inicialmente criada, teve baixa adesão, o que forçou a migração da estratégia para canais como o WhatsApp e Facebook, um movimento que aponta para uma tentativa embrionária de “descentralização funcional”, mas ainda limitada pelo controlo vertical da plataforma.

A estrutura da “Credível”, segundo Mendes Mutenda (2025, cp), estende-se do nível central ao distrital, operando com uma rede de colaboradores institucionais e informais. Esta lógica articula-se parcialmente com a concepção de Graves (2016), que defende que plataformas de *fact-checking* ganham legitimidade na medida em que se organizam como redes distribuídas e transparentes, com processos verificáveis e autonomia editorial. No entanto, a filiação da “Credível” ao GABINFO levanta dúvidas quanto à sua independência efectiva, questão também levantada por outros entrevistados e a literatura no geral.

Em entrevista Mendes Mutenda (2025, cp) defende ainda que, os critérios editoriais da plataforma não se limitam a conteúdos do governo. O critério de selecção é o impacto social da informação, o que permitiria abordar também rumores envolvendo o sector privado ou organizações da sociedade civil. Contudo, a interpretação de “impacto” permanece vaga, o que compromete a transparência metodológica e a previsibilidade editorial, dois pilares essenciais, segundo Graves (2016), para a confiança do público.

A interacção com jornalistas e organizações da sociedade civil, inicialmente marcada por resistência, foi sendo progressivamente superada, conforme relata Mendes Mutenda. Este dado sugere uma abertura para articulações interinstitucionais, reforçando a tese de que o *fact-checking*

não pode ser monopólio de nenhuma entidade isolada, mas produto de um ecossistema de colaboração (Hobbs, 2010; UNESCO, 2023).

A ausência de actualização em tempo real e a lentidão institucional foram reconhecidas como desafios operacionais. A velocidade com que a desinformação circula, impulsionada por algoritmos e emoções, supera a resposta técnica das plataformas formais. Este desequilíbrio é explorado, igualmente, por Wardle e Derakhshan (2017), que apontam a necessidade de desenvolver mecanismos de resposta mais ágeis e localizadas, com capacidade de actuar nos canais nativos de circulação da desinformação.

Importa destacar, igualmente, a dimensão linguística e cultural apontada por Mendes Mutenda (2025, cp) ao defender que Moçambique precisa de desenvolver tecnologias e plataformas próprias, adaptadas às suas realidades comunicacionais e linguísticas. Este posicionamento dialoga com os argumentos de Muchisse (2021), que sustenta a importância de construir um “ecossistema digital endógeno” ancorado nas práticas sociais locais, sobretudo nas zonas rurais. O uso de rádios comunitárias, activistas populares e a tradução para línguas nacionais são estratégias cruciais para garantir acessibilidade e confiança, aspectos centrais para o sucesso de qualquer acção de *media literacy*.

Finalmente, a visão de Mendes Mutenda (2025, cp) sobre a “Credível” como uma iniciativa de interesse público, orientada pela contenção da violência e pelo bem comum, alinha-se parcialmente com o quadro ético do *fact-checking* internacional. No entanto, para alcançar legitimidade plena, a plataforma precisaria consolidar mecanismos de transparência, pluralidade editorial, prestação de contas e, sobretudo, de despartidarização da verificação factual.

4.2.11 Quadro de análise comparativa

Dimensão de análise	Rui Lamarques (Mídia Lab)	Ernesto Nhanala (MISA)	Mendes Mutenda (GABINFO)
Avaliação do ecossistema nacional de <i>Fact-checking</i>	Informal, incipiente, com ausência de cultura sistemática de	Embrionário, com poucas unidades formais e frágil	Reação institucional necessária à crescente desinformação, mas

	verificação e falta de articulação institucional.	estrutura de suporte nas redacções.	sem cultura participativa ampla.
Percepção sobre a “Credível”	Plataforma útil, mas fragilizada pela vinculação ao Estado e ausência de cultura em rede.	Reconhece o papel simbólico, mas destaca fragilidades de percepção pública e dependência institucional.	Apresenta a “Credível” como plataforma legítima e multisectorial, com critério editorial baseado no impacto social.
Principais desafios	Falta de descentralização, carência de articulação entre actores, verticalidade operacional.	<i>Déficit</i> de capacitação, efeito cascata da desinformação, escassez de literacia mediática.	Velocidade da desinformação <i>versus</i> lentidão institucional; alcance limitado; fragilidade infraestrutural.
Imparcialidade e independência	Necessária despartidarização e adopção de modelo híbrido com governança plural.	<i>Fact-checking</i> deve ser independente do Estado para garantir confiança.	A credibilidade depende do critério de impacto público, independentemente da origem da informação.
Recomendações estratégicas	Descentralização, dimensão territorial, redes de colaboração, activistas locais.	Educação mediática em escolas, mais unidades de verificação, formação contínua.	Articulação com meios comunitários, uso de línguas nacionais, promoção de plataformas tecnológicas locais.
Boas práticas internacionais relevantes	Africa Check, Projecto Comprova, manuais escolares da	Educação digital em escolas (modelo indiano), recomenda	Desenvolvimento de soluções tecnológicas locais em vez de

	Finlândia.	outros especialistas.	dependência de plataformas estrangeiras.
Responsabilidade pela literacia digital	Actores multisectoriais com base em colaboração horizontal.	Responsabilidade partilhada entre Estado, escolas e sociedade civil.	Deve ser impulsionada por todos, com foco na juventude e nos contextos comunitários.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de trabalho de campo, 2025

4.2.11.1 Síntese analítica

Da matriz epígrafe, denota-se a convergência entre os três entrevistados institucionais evidenciada em várias frentes, designadamente:

- a) Todos reconhecem o carácter incipiente e frágil do ecossistema de *fact-checking* em Moçambique, destacando a urgência de maior articulação interinstitucional e descentralização;
- b) Há consenso sobre a importância de educação mediática e digital como estratégia de longo prazo para fortalecer a resiliência social frente à desinformação (cf. Hobbs, 2010; UNESCO, 2021);
- c) Embora o papel da “Credível” seja reconhecido como necessário, existem visões divergentes quanto à sua independência editorial. Enquanto os representantes da sociedade civil pedem maior autonomia e pluralismo, o representante governamental sustenta a legitimidade da iniciativa com base em critérios de impacto público;
- d) A dimensão territorial da verificação, o uso de rádios comunitárias e a produção em línguas locais são apresentados como caminhos estratégicos para incluir as zonas rurais e populações desconectadas. Esta temática foi igualmente discutida por Muchisse (2021).

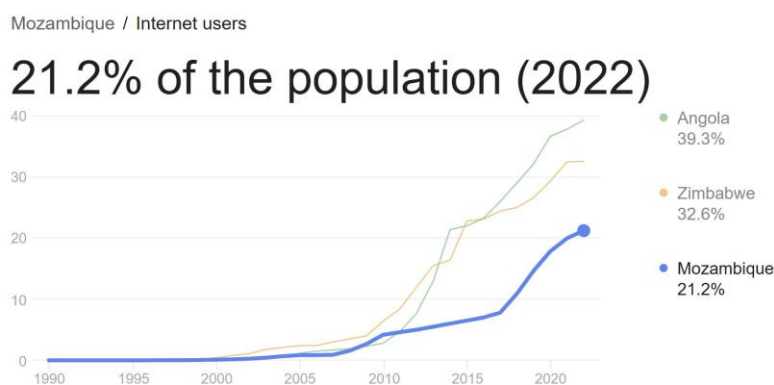
Contudo, divergências ocorrem principalmente na leitura sobre quem deve liderar o processo. Os actores institucionais estatais (GABINFO) vêm-se como núcleo estruturante, enquanto os

actores da sociedade civil e da academia apontam a necessidade de uma plataforma independente e governança distribuída, em linha com os padrões da International Fact-Checking Network (IFCN, 2021).

4.2.12 Perfil de conectividade e acesso digital em Moçambique

Dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE), particularmente os relacionados ao percentual da população com acesso à internet, utilização de redes sociais por faixa etária e localidade (urbana/rural), e níveis de escolaridade e alfabetização digital, permitem aferir com maior precisão o alcance potencial da “Credível”. Por exemplo, se apenas 30% da população moçambicana tem acesso regular à internet (INE, 2023), a capacidade de intervenção da plataforma torna-se estruturalmente limitada, especialmente nas zonas rurais em que o uso de tecnologias digitais é marginal.

Figura 5: Análise comparativa de cesso a internet (2022) em Moçambique, Angola e Zimbabwe.



Fonte: Banco Mundial, 2022.

Esse cenário confirma as preocupações levantadas por entrevistados como Ernesto Nhanala (2025, cp), que alerta para o facto de a desinformação circular, não apenas nas plataformas digitais, mas também fora desta plataforma, com repercussões agravadas nas comunidades menos conectadas, que não dispõem de meios para aceder ou confrontar informações falsas (cf. Wardle & Derakhshan, 2017; UNESCO, 2023).

4.2.12.1 Resultados obtidos a partir das entrevistas e inquérito

A análise cruzada dos dados permitiu identificar convergências conjunturais:

- a) Falta de sistematização e estrutura profissional na Credível, foi transversalmente apontada em todos os instrumentos. A ausência de uma lógica de rede, autonomia editorial e actualização regular reforça a percepção de fragilidade da plataforma, o que dialoga teoricamente com as percepções de Graves (2016) e Wardle & Derakhshan (2017) sobre os requisitos mínimos de legitimidade de uma unidade de *fact-checking*;
- b) Desconfiança em relação à associação estatal em que a maioria dos inquiridos, bem como os especialistas entrevistados, expressaram receios quanto à ligação da “Credível” ao GABINFO, comprometendo a sua percepção de independência. Ernesto Nhanala (2025, cp), por exemplo, destacou que a associação directa ao Estado pode gerar conflitos de interesse e questionamentos éticos sobre a neutralidade da verificação;
- c) *Déficit* de literacia digital e educativa, em que o questionário revelou que uma grande percentagem da população carece de competências para distinguir informação verdadeira da falsa. Essa limitação é reforçada nos testemunhos das entrevistas, que defendem a formação de professores, jornalistas, activistas e jovens como estratégia de longo prazo. Hobbs (2010) e UNESCO (2023) defendem abordagens educativas desde o ensino secundário como forma de consolidar uma cidadania crítica e informada;
- d) Todos os instrumentos destacaram a urgência de descentralizar o *fact-checking* e incorporar rádios comunitárias, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) locais e conteúdos em línguas nacionais. Esta recomendação está em consonância com Jenkins (2009), que propõe ecossistemas participativos e de colaboração.

4.2.12.2 Divergências e contradições nas perspectivas

Apesar das convergências, algumas tensões emergiram. Enquanto representantes institucionais do GABINFO defendem que a “Credível” opera com base em critérios de impacto e neutralidade, os jornalistas e especialistas de media apontam deficiências metodológicas, opacidade nos processos e falta de articulação com os media tradicionais.

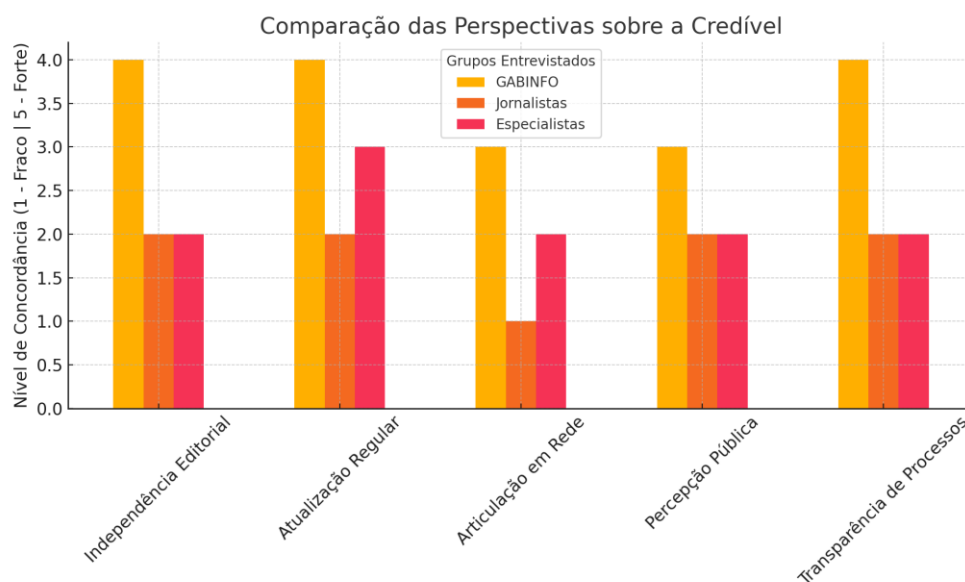
Os representantes governamentais sustentam que a “Credível” actua com base em evidência factual, mas os inquiridos e especialistas alertam para a inexistência de transparência nos critérios de selecção de conteúdos e a quase ausência de comunicação com o público.

A população, segundo os inquiridos, tem baixa familiaridade com a “Credível” e raramente consulta o site, o que contrasta com a percepção de eficácia divulgada pelos seus gestores. Essa disparidade evidencia um descompasso entre a concepção institucional da plataforma e sua real penetração social, especialmente entre os públicos mais vulneráveis à desinformação. Muitos inquiridos e entrevistados desconhecem o funcionamento da plataforma, seus canais oficiais e os critérios utilizados na verificação de factos. Essa ausência de visibilidade pública compromete o impacto do serviço e reforça a necessidade de estratégias de comunicação mais acessíveis, multicanais e culturalmente adequadas. Sem esse reposicionamento, a Credível corre o risco de permanecer periférica no imaginário da informação da sociedade moçambicana.

4.2.12.3 Lições para sustentabilidade da verificação em Moçambique

A análise transversal aponta que a sustentabilidade da verificação de factos em Moçambique depende de quatro eixos estratégicos: *i)* Reestruturação organizacional da “Credível”, garantindo independência editorial, actualização frequente e gestão transparente dos conteúdos; *ii)* Formação e literacia digital transversal, com envolvimento do Ministério da Educação e Cultura, Ministério das Comunicações e Transformação Digital e sociedade civil; *iii)* Articulação em rede, mobilizando OSCs, universidades, rádios, *fact-checkers* independentes e jornalistas locais; *iv)* Descentralização territorial e inclusão sociolinguística, com produção de conteúdos nas línguas nacionais e canais comunitários.

Figura 6: Comparação das perspectivas sobre a “Credível”



Fonte: Autor, 2025.

4.2.12.4 Recomendações práticas para reforçar a verificação de factos em Moçambique

Com base nos dados e informações recolhidas na pesquisa de campo e analisados, a pesquisa propõe um conjunto de recomendações práticas e integradas com vista ao fortalecimento da plataforma Credível, ao combate eficaz à desinformação, e à promoção de uma cultura de literacia mediática e digital em Moçambique. Estas recomendações estão agrupadas em quatro eixos estratégicos:

4.2.12.5 Autonomia da “Credível”

A pesquisa evidenciou que a associação directa ao governo compromete a percepção pública de imparcialidade da plataforma. Recomenda-se a constituição de um Conselho Editorial autónomo, com representantes da academia, media, sociedade civil e organizações juvenis. Observou-se que durante os meses de Junho-Julho o site oficial esteve fora do ar e que a plataforma não opera em tempo real.

Sugere-se a criação de um portal responsivo, com secções temáticas e ferramentas de pesquisa acessíveis. Deverá incluir a publicação regular de relatórios de impacto, critérios de verificação e fontes utilizadas, alinhando-se aos padrões do International Fact-Checking Network (IFCN).

4.2.12.6 Descentralização da verificação

Para responder à diversidade linguística e cultural, recomenda-se a produção de conteúdos verificados em línguas nacionais, bem como a formação de verificadores populares nas províncias. A pesquisa sugere a implementação de pequenas unidades de verificação em instituições de ensino, rádios comunitárias e centros juvenis, replicando o modelo de “jornalismo cidadão orientado”. Aproveitar influenciadores digitais e clubes de leituras para espalhar conteúdos verificados e reforçar a literacia crítica junto às camadas mais jovens.

4.2.12.7 Promoção da literacia digital e *fact-checking* nas escolas e comunidades

Em conformidade com a UNESCO (2023), recomenda-se a introdução de unidades de literacia mediática no ensino secundário, com enfoque em técnicas de verificação e leitura crítica de fontes. A pesquisa evidenciou lacunas na formação contínua. Sugere-se a criação de módulos de capacitação em colaboração com universidades, o Instituto Nacional de Comunicação Social (INCS), e o MISA-Moçambique. A promoção de campanhas públicas de sensibilização sobre “Verdade ou Mito?” em rádios locais, teatro comunitário e clubes de verificação juvenil devem ser estruturadas para atingir populações desconectadas e zonas rurais.

4.2.12.8 Sustentabilidade do ecossistema de verificação

Para assegurar a independência e continuidade da “Credível”, propõe-se um modelo de financiamento misto e ético, envolvendo organizações multilaterais, fundações e contribuições do sector privado com critérios de transparência. Urge a necessidade de criação de indicadores de desempenho da plataforma visando definir métricas de impacto (por exemplo, conteúdos verificados, alcance, interações) e realizar inquéritos periódicos de satisfação junto ao público. A adesão da “Credível” à rede internacional permitiria adoptar padrões globais de ética, transparência e cooperação, para além de facilitar trocas com outras iniciativas de África e do mundo.

4.2.13 Plano de reforço da verificação de factos públicos em Moçambique

- a) **Objectivo geral:** Fortalecer o ecossistema nacional de verificação de factos com base em práticas descentralizadas, inclusivas e sustentáveis, ancoradas na transparência, na educação mediática e na confiança pública.

Eixo 1: Reestruturação institucional da plataforma “Credível”

Objectivo Específico	Actividade	Responsáveis	Indicador de sucesso
Assegurar autonomia editorial e transparência	Constituição de um Conselho Editorial multissectorial	GABINFO, MISA, Académicos, OSCs	Criação e operacionalização do Conselho editorial
Estabelecer mecanismos de transparência metodológica	Publicação de critérios de verificação e relatórios de impacto	Equipa “Credível”	Relatórios publicados trimestralmente
Modernizar o website e canais digitais	Reactivação do portal com versão multilíngue	INAGE, desenvolvedores web	Plataforma activa e responsiva

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de pesquisa de campo, 2025.

Eixo 2: Descentralização da verificação

Objectivo Específico	Actividade	Responsáveis	Indicador de sucesso
Promover cobertura regional e linguística	Criação de núcleos de verificação regionais	MISA, Rádios Comunitárias	Núcleos operacionais em cinco (05) províncias piloto
Engajar juventude e sociedade civil	Formação de “verificadores populares”	ONGs juvenis, escolas, OSCs	200 Jovens formados
Produzir conteúdos em línguas nacionais	Parcerias com rádios comunitárias e	“Credível”, radios comunitárias	12 programas mensais em línguas locais

	influenciadores		
--	-----------------	--	--

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de pesquisa de campo, 2025.

Eixo 3: Promoção de literacia mediática e educação digital

Objectivo Específico	Actividade	Responsáveis	Indicador de sucesso
Integrar <i>fact-checking</i> nos currículos do ensino secundário e superior	Proposta ao Ministério da Educação e Cultura; Ministério das Comunicações e Transformação Digital e ensaios-piloto	MINEC, MCTD, UNESCO, Universidades	Módulo-piloto em 10 escolas
Capacitar professores, jornalistas e líderes locais	Realização de oficinas técnicas	Centros de formação, universidades	100 formadores certificados
Lançar campanha de sensibilização nacional	Campanha “Saber Distinguir” em media e comunidades	“Credível”, INCM, rádios	Alcance de 500 mil cidadãos

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de pesquisa de campo, 2025.

Eixo 4: Sustentabilidade e fortalecimento da confiança pública

Objectivo Específico	Actividade	Responsáveis	Indicador de sucesso
Estabilizar financiamento ético e plural	Criação de um fundo misto com parceiros	“Credível”, parceiros multilaterais	Fundo sustentável constituído
Aderir a redes internacionais	Submissão da “Credível” ao IFCN	GABINFO, MISA	Adesão reconhecida

Monitorar impacto e adaptar estratégias	Avaliações semestrais e inquéritos ao público	INCM, INE, universidades	Dados públicos sobre desempenho da “Credível”
---	---	--------------------------	---

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de pesquisa de campo, 2025.

4.2.14 Observações gerais

O presente plano pode ser integrado à Agenda Nacional de Governança Digital e à Estratégia de Comunicação Pública. A sua execução exige coordenação entre instituições públicas, sociedade civil e academia, pelo que se recomenda o acompanhamento técnico e científico contínuo da implementação por uma Comissão Independente.

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES

5.1 Conclusões

A presente dissertação teve como objectivo compreender as plataformas de verificação de factos públicos como garante do provimento de informação “verídica” em Moçambique, num contexto marcado pela crescente proliferação da desinformação e pelo uso estratégico das tecnologias digitais na comunicação pública. A pesquisa revelou que, apesar de a “Credível” representar um esforço pioneiro e necessário no combate à desinformação, tem limitações estruturais, tecnológicas, socioculturais e institucionais que comprometem sua eficácia, legitimidade e abrangência territorial.

A análise empírica, baseada em entrevistas a especialistas em media, jornalistas e representantes institucionais, evidenciou que o ecossistema moçambicano de *fact-checking* considera-se incipiente e fragmentado, carecendo de articulação entre os actores envolvidos e de uma cultura consolidada de responsabilização mediática. Os participantes indicaram que a plataforma opera de forma centralizada, com frágil interacção com a sociedade civil e com baixa visibilidade pública, sobretudo em comunidades rurais e em contextos de baixa literacia digital.

Os dados recolhidos através do inquérito revelaram percepções críticas por parte dos cidadãos, que identificam a “Credível” como uma iniciativa válida, mas distante, pouco interactiva e com falta de transparência nos critérios de verificação. A ausência de *feedback* sistemático, aliada à dependência de canais institucionais formais, reforça a desconfiança em torno da sua imparcialidade, sobretudo quando associada directamente ao GABINFO.

A observação directa participativa complementou essa visão, ao demonstrar que o Portal Oficial da plataforma esteve várias vezes inoperacional, e que a frequência de actualização dos conteúdos não acompanha a velocidade de circulação da desinformação nas redes sociais. Esta disparidade reforça a necessidade de modernização técnica e reconfiguração estratégica do modelo actual da plataforma.

Com base nos dados e na literatura científica analisada (Gilster, 1997; Lévy, 1999; Jenkins, 2009; Hobbs, 2010; UNESCO, 2023), conclui-se que o combate eficaz à desinformação requer um

modelo descentralizado, colaboração, transparência e culturalmente enraizado. A verificação de factos não deve restringir-se a rotulações pontuais, mas deve integrar estratégias de educação digital, literacia mediática e cidadania participativa, articuladas com rádios comunitárias, instituições de ensino e educação, e organizações da sociedade civil.

Recomenda-se, portanto, a adopção de um modelo híbrido de verificação independente, mas com apoio institucional, sustentado por financiamento plural e regido por normas internacionais de ética, como as do International Fact-Checking Network (IFCN). A plataforma “Credível” deve evoluir para se tornar uma entidade autónoma e aberta, com presença territorial diversificada, foco em dados abertos e compromisso com a prestação de contas pública.

Este estudo contribui para o campo da gestão de media digitais em contextos africanos, contribuindo com pistas operacionais e teóricas para o aprimoramento das políticas públicas de comunicação. Ao propor um plano de implementação baseado em eixos estratégicos, metas e indicadores mensuráveis, a pesquisa ofereceu uma base concreta para a transformação do actual modelo de *fact-checking* em Moçambique, em sintonia com as exigências democráticas e com os direitos à informação e à verdade factual.

5.2 Recomendações

Com base nos resultados obtidos e na análise crítica realizada, apresentam-se as seguintes recomendações, visando o fortalecimento das práticas de verificação de factos em Moçambique e, especificamente, o aprimoramento da eficácia da Plataforma “Credível”:

a) Reforçar a independência editorial

É imperativo que a “Credível” adopte mecanismos que assegurem a sua autonomia face a influências políticas, económicas ou institucionais. A criação de um conselho editorial independente, composto por jornalistas, académicos e representantes da sociedade civil, poderá contribuir para salvaguardar a imparcialidade e credibilidade das verificações (Graves, 2018).

b) Aprimorar a transparência metodológica

Recomenda-se a divulgação clara dos critérios, etapas e fontes utilizados no processo de verificação. A aplicação de manuais de referência, como os propostos pela International Fact-Checking Network (IFCN), facilitaria a réplica e a confiança do público (Poynter Institute, 2022).

c) Simplificar a linguagem e acesso aos conteúdos

Os resultados indicam que parte do público encontra dificuldade em compreender a terminologia utilizada. Sugere-se a adopção de formatos multimodais - infográficos, vídeos curtos, *podcasts* - e linguagem adaptada a diferentes níveis de literacia digital e linguística, atendendo à diversidade cultural e linguística de Moçambique.

d) Ampliar as parcerias e redes de colaboração

A integração da “Credível” em redes africanas e internacionais de *fact-checking*, como a Africa Check e a PesaCheck, permitiria partilhar boas práticas, aceder a bases de dados comuns e promover formação contínua dos verificadores (Brandtzaeg et al., 2018).

e) Promover educação mediática e digital

A inclusão de módulos de literacia mediática nos programas escolares e comunitários contribuiria para capacitar os cidadãos a identificar desinformação e a utilizar ferramentas de verificação de forma autónoma. Esta estratégia deve envolver colaboração entre o Ministério da Educação e Cultura, organizações não governamentais e meios de comunicação social.

f) Monitoria contínua e avaliação de impacto

É recomendável implementar sistemas de monitoria periódica para avaliar a eficácia das verificações na redução da propagação de desinformação. Indicadores quantitativos (alcance, número de verificações publicadas) e qualitativos (perceção de credibilidade, mudanças de comportamento) devem ser recolhidos e analisados regularmente.

g) Desenvolver um quadro legal e regulatório de suporte

Propõe-se a revisão e modernização das políticas nacionais de comunicação e acesso à informação, de modo a garantir que a verificação de factos seja reconhecida como prática fundamental à democracia e à integridade do espaço público digital.

Contudo, face às limitações identificadas, recomenda-se que estudos futuros aprofundem a recolha de dados em diferentes províncias, integrem a análise comparativa entre contextos urbanos e rurais e explorem a influência da diversidade cultural e linguística na recepção do *fact-checking*. Sugere-se ainda a ampliação da base estatística sobre literacia digital e perfis profissionais ligados à comunicação, bem como a realização de estudos longitudinais que permitam avaliar a evolução da eficácia da Plataforma Credível e de iniciativas congéneres em Moçambique.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRICA CHECK. (2024). *Annual Fact-Checking Report – Sub-Saharan Africa*. Acessado a partir de www.africacheck.org, em 22 de janeiro de 2025.
- AFRICAN UNION. (2022). *Digital Transformation Strategy for Africa (2020-2030)*. Addis Ababa: African Union Commission.
- BROCHADO, A., et al. (2013). *Marketing e Comunicação: Desafios da Globalização*. Lisboa: Escolar Editor.
- CASTELLS, M. (2002). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.
- CORDEIRO, C. (2014). *Comunicação e diversidade cultural na África: Perspectivas críticas*. Revista Estudos Africanos.
- COULDRY, N. & MEJIAS, U. (2019). *The Costs of Connection*.
- CREDÍVEL. (2023–2024). *Base de dados interna da plataforma Credível*. Gabinete de Informação (GABINFO).
- CRESPO, M. (2020). *Comunicação em contextos africanos: Desafios e oportunidades*. African Media Studies Journal.
- EMPOLI, G. (2019). *Os engenheiros do caos*. D. Quixote.
- FISCHER, G. D. (2013). *Tecnocultura e audiovisualidades: caminhos para pensar o contemporâneo*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- GILSTER, P. (1997). *Digital Literacy*.
- GRAVES, L. (2016). *Deciding what's true: The rise of political fact-checking in American journalism*. Columbia University Press.
- GSMA. (2022). *Economia Móvel África 2022*. London: Africa Union.

- HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro.
- HALL, S. (1980). “Encoding/decoding”. In: S. Hall (Ed.). *Culture, Media, Language*. Routledge.
- HOBBS, R. (2010). *Digital and media literacy: A plan of action*. Aspen Institute.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2023). *Relatório Anual de Indicadores Digitais e de Inclusão*. Maputo: INE.
- INTERNATIONAL FACT-CHECKING NETWORK. (2024). *Code of Principles*. Acessado a partir de <https://ifcncodeofprinciples.poynter.org>.
- JENKINS, H. (2009). *Convergence culture: Where old and new media collide*. NYU Press.
- LÉVY, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- MCCHESENEY, R. W. (2013). *Digital disconnect: How capitalism is turning the internet against democracy*. The New Press.
- MCLUHAN, M. (1964). *Understanding media: The extensions of man*. McGraw-Hill.
- MISA MOÇAMBIQUE. (2025). *Relatório sobre o Estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique*. Maputo: MISA Moçambique.
- MURRAY, J. (2003). *Inventing the medium: Principles of interaction design as a cultural practice*. MIT Press.
- NOELLE-NEUMANN, E. (1974). *The spiral of silence: A theory of public opinion*. Journal of Communication.
- PARISER, E. (2011). *The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You*. New York: Penguin Press.
- RESOLUÇÃO nº 43/2017, cria a Estratégia Nacional de Banda Larga 2017-2025 e estabelece que seja um instrumento orientador e mobilizador de sinergias e recursos para a

implementação de redes de Banda Larga a nível nacional. Acessado através de <https://www.incm.gov.mz>, em 22 de janeiro de 2025.

TOFFLER, A. (1980). *The Third Wave*.

UNESCO. (2021). *Media and Information Literacy Curriculum for Educators and Learners*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UNESCO. (2023). *Global framework for media and information literacy indicators*. Paris: UNESCO Publishing.

VAN DIJCK, J. (2013). *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*.

VAN DIJK, J. (2020). *The network society* (4th ed.). London: Sage Publications.

ZUBOFF, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.

APÊNDICES

APÊNDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA SUBMETIDA AOS ESPECIALISTAS DE MEDIA

Caro(a) participante,

Este questionário integra a pesquisa académica intitulada “**PLATAFORMAS DIGITAIS DE VERIFICAÇÃO DE FACTOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA “CREDÍVEL” (2023–2024)**”, desenvolvida por **Azael Edson Moiana**, no âmbito do Mestrado em Gestão dos Media Digitais.

O objectivo é propor caminhos estratégicos e sustentáveis para fortalecer a verificação de factos públicos em Moçambique. As respostas são anónimas e confidenciais, e destinam-se exclusivamente à fins académicos.

Agradecemos a sua colaboração.

PERGUNTAS:

1. Fala-nos da sua experiência em verificação de factos em Moçambique.
2. Que tipo de conteúdos *fake news* mais se veicula em Moçambique?
3. Como é que avalia o actual ecossistema de *fact-checking* em Moçambique?
4. Quais os principais desafios estruturais, tecnológicos e culturais que dificultam o combate à desinformação no país?
5. Quais saídas Moçambique precisa adoptar para mitigação da desinformação no ambiente digital?
6. Que estratégias poderiam aproximar as plataformas de verificação das zonas rurais e comunidades menos conectadas?
7. E qual é o modelo ideal para as plataformas de *fact-checking*: estatal, independente ou híbrido? Por quê?
8. Como integrar *fact-checking* às rádios comunitárias, escolas e organizações da sociedade civil?
9. Que boas práticas internacionais o país poderia adoptar/adaptar?
10. Como garantir independência, transparência e sustentabilidade de iniciativas de verificação de factos públicos?

= FIM =

APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTA SUBMETIDA AOS COMUNICADORES INSTITUCIONAIS E JORNALISTAS

Caro(a) participante,

Este questionário integra a pesquisa académica intitulada “**PLATAFORMAS DIGITAIS DE VERIFICAÇÃO DE FACTOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA “CREDÍVEL” (2023–2024)**”, desenvolvida por **Azael Edson Moiana**, no âmbito do Mestrado em Gestão dos Media Digitais.

O objectivo é avaliar a percepção sobre as plataformas de *fact-checking* e a eficácia da “Credível”. As respostas são anónimas e confidenciais, e destinam-se exclusivamente à fins académicos.

Agradecemos a sua colaboração.

PERGUNTAS

1. Está familiarizado(a) com alguma plataforma de *fact-checking* moçambicana? Quais?
2. Já utilizou ou consultou conteúdos da plataforma “Credível”? Em que circunstâncias?
3. Como avalia a utilidade da “Credível” no combate à desinformação, em Moçambique?
4. Considera que a linguagem e formato utilizados pela plataforma são acessíveis?
5. Que percepção os cidadãos com quem trabalha têm sobre a plataforma?
6. Em sua opinião, qual é o nível de confiança pública na “Credível”?
7. Que tipo de conteúdos de desinformação mais circulam no seu meio?
8. Já recorreu a plataformas de *fact-checking* para desmentir boatos? Com que resultados?
Que sugestões deixaria para fortalecer a articulação entre jornalistas, comunicadores e plataformas de verificação?

= FIM =

APÊNDICE C - GUIÃO DE ENTREVISTA SUMETIDA AOS GESTORES E TÉCNICOS DA PLATAFORMA “CREDÍVEL”

Caro(a) participante,

Este questionário integra a pesquisa académica intitulada **“PLATAFORMAS DIGITAIS DE VERIFICAÇÃO DE FACTOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA “CREDÍVEL” (2023–2024)**, desenvolvida por **Azael Edson Moiana**, no âmbito do Mestrado em Gestão dos Media Digitais.

O objectivo é compreender a estrutura, funcionamento e desafios operacionais da “Credível”. As respostas são anónimas e confidenciais, e destinam-se exclusivamente à fins académicos.

Agradecemos a sua colaboração.

PERGUNTAS:

1. Pode descrever brevemente o processo de criação da Plataforma “Credível”?
2. Quais são os principais objectivos da plataforma?
3. Como é constituída a equipa responsável pela verificação de factos?
4. Que critérios e métodos são usados para seleccionar e verificar conteúdos?
5. Que ferramentas tecnológicas e canais digitais são utilizados na difusão dos conteúdos verificados?
6. A “Credível” possui algum protocolo com redes sociais, media ou instituições académicas?
7. Que tipo de *feedback* recebem dos cidadãos ou instituições sobre o vosso trabalho?
8. Quais são os principais desafios que enfrentam no exercício diário (ex: recursos, formação, credibilidade)?
9. Que melhorias estruturais ou políticas considera prioritárias para reforçar o impacto da plataforma?

= FIM =

APÊNDICE D - GUIÃO DE ENTREVISTA SUBMETIDO AO INSTITUTO NACIONAL DE GOVERNO ELECTRÓNICO - INAGE, IP

Caro(a) participante,

Este questionário integra a pesquisa académica intitulada **“PLATAFORMAS DIGITAIS DE VERIFICAÇÃO DE FACTOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA “CREDÍVEL” (2023–2024)”**, desenvolvida por **Azael Edson Moiana**, no âmbito do Mestrado em Gestão dos Media Digitais.

O objectivo é compreender o papel do INAGE, IP na infraestrutura digital do Estado e sua ligação com plataformas de verificação de factos como a “Credível”. As respostas são anónimas e confidenciais, e destinam-se exclusivamente à fins académicos.

Agradecemos a sua colaboração.

PERGUNTAS:

1. Qual é o papel do INAGE, IP no desenvolvimento e manutenção de plataformas digitais do Governo, como a “Credível”?
2. Existem métricas ou relatórios sobre acessos, desempenho ou segurança da plataforma “Credível”?
3. O INAGE, IP possui políticas ou estratégias para garantir a interoperabilidade e confiabilidade da informação entre sistemas públicos?
4. Que desafios técnicos enfrentam as instituições públicas para gerir dados fiáveis no contexto de desinformação digital?
5. Há iniciativas de integração com plataformas de combate à desinformação ou programas de cibersegurança para comunicação institucional?
6. Que recomendações técnicas e estruturais o INAGE, IP sugere para melhorar a eficácia e segurança de plataformas como a “Credível”?

= FIM =

APÊNDICE E - GUIÃO DE ENTREVISTA SUBMETIDO AO BANCO DE MOÇAMBIQUE (BM)

Caro(a) participante,

Este questionário integra a pesquisa académica intitulada **“PLATAFORMAS DIGITAIS DE VERIFICAÇÃO DE FACTOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA “CREDÍVEL” (2023–2024)”**, desenvolvida por **Azael Edson Moiana**, no âmbito do Mestrado em Gestão dos Media Digitais.

O objectivo é investigar como o Banco gere e responde a episódios de desinformação económica e quais os seus protocolos de comunicação institucional. As respostas são anónimas e confidenciais, e destinam-se exclusivamente à fins académicos.

Agradecemos a sua colaboração.

PERGUNTAS:

1. Que tipos de desinformação económica o Banco de Moçambique enfrentou nos últimos anos?
2. Que mecanismos internos existem para monitorar e desmentir *fake news* sobre política monetária e financeira?
3. O Banco coopera com plataformas públicas ou privadas de verificação de factos?
4. Como a desinformação pode impactar a estabilidade cambial, credibilidade institucional ou a economia em geral?
5. Existem recomendações do Banco para melhorar a comunicação de risco e combater rumores económicos nas redes sociais?

= FIM =

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Caro(a) participante,

O presente Termo de Consentimento Informado refere-se à sua participação voluntária na pesquisa intitulada **“PLATAFORMAS DIGITAIS DE VERIFICAÇÃO DE FACTOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA “CREDÍVEL” (2023–2024)**, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Gestão dos Media Digitais, sob orientação da Profa. Doutora Sílvia Afonso.

Esta pesquisa tem por objectivo analisar a funcionalidade e a eficácia da plataforma “Credível” no combate à desinformação em Moçambique, bem como propor estratégias de comunicação digital mais eficazes.

A sua participação consiste na realização de uma entrevista/inquérito, presencial ou *online*, com duração aproximada de 30 a 45 minutos. As informações prestadas serão utilizadas exclusivamente para fins académicos e tratadas de forma confidencial, garantindo o anonimato.

Poderá retirar o seu consentimento e interromper a participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Ao assinar este termo, declara que foi informado de forma clara e compreensível sobre os objectivos e procedimentos da pesquisa e que consente livremente em participar.

Declaro que fui informado, que posso solicitar esclarecimentos adicionais junto do pesquisador responsável.

Maputo, de _____ de 2025.

O Entrevistado(a)

O pesquisador (Azael Edson Moiana)

= FIM =

APÊNDICE G - MATRIZ DE OBSERVAÇÃO

Objectivo - Sistematizar a observação realizada no âmbito da análise do funcionamento da “Credível”, considerando aspectos operacionais, tecnológicos, comunicacionais e institucionais observáveis nos seus canais digitais (website, redes sociais, comunicação oficial, etc.).

Dimensão	Aspectos analisar	Fonte/local de Observação	Descrição da evidência	Observações/relevância para a pesquisa
Funcionalidade técnica	Frequência de actualização dos conteúdos	Website oficial da Credível	Durante o período de observação directa participativa, constatou-se que o website oficial da “Credível” esteve fora do ar, impossibilitando o acesso público ao acervo de conteúdos verificados. Em versões anteriores da plataforma (analisadas previamente), registava-se uma média de 2 a 3 publicações por semana, com datas, rubricas e assinatura institucional visíveis. No entanto, o actual estado de inacessibilidade	A indisponibilidade da plataforma digital levanta preocupações quanto à sustentabilidade técnica e à fiabilidade do ecossistema de verificação de factos em Moçambique. A ausência de actualização em tempo real já constituía uma limitação para acompanhar o ritmo acelerado de disseminação de desinformações nas redes sociais; a inacessibilidade total intensifica este défice, comprometendo a capacidade de resposta célere e eficaz da iniciativa. Esta situação afecta directamente a confiança pública, a transparência metodológica e a legitimidade da “Credível” enquanto instrumento de combate à desinformação (Graves, 2016; UNESCO, 2023).

			compromete a monitoria contínua do seu funcionamento e actualizações.	
Transparência metodológica	Clareza na explicação dos critérios de verificação	Secção “Sobre nós”	A secção existe, mas os critérios são apresentados de forma genérica e pouco operacional. Falta uma explicação detalhada do processo de verificação utilizado.	A ausência de transparência metodológica pode comprometer a confiança pública e a credibilidade do conteúdo publicado, conforme indicaram os entrevistados e inquiridos.
Interactividade	Respostas à comentários e mensagens do público	Página do Facebook da “Credível”	Há poucas respostas da equipa da “Credível” aos comentários dos utilizadores. A página funciona mais como canal de emissão do que de diálogo.	O baixo nível de interacção limita o envolvimento cívico e contradiz princípios da comunicação em rede e cultura participativa (Jenkins, 2009).
Acessibilidade da linguagem	Uso de linguagem clara e acessível	Publicações e legendas	A linguagem utilizada nas publicações é predominantemente formal, mas clara. Há pouco uso de ilustrações ou linguagem simplificada.	Apesar da clareza textual, a acessibilidade poderia ser reforçada com recursos visuais e linguísticos mais populares e inclusivos, especialmente para públicos fora do meio urbano.

Regularidade	Periodicidade das publicações	<i>Feed</i> de actualizações	Registam-se picos de publicação em períodos eleitorais e momentos de crise. Fora disso, a actividade é irregular, com semanas sem novas publicações.	A regularidade condicionada por contextos de crise reduz o alcance educativo e preventivo da plataforma. Isso reforça o seu carácter reactivo, já apontado nos resultados empíricos.
--------------	-------------------------------	------------------------------	--	--

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de trabalho de campo, 2025

APÊNDICE H - QUADRO METODOLÓGICO DA PESQUISA CIENTÍFICA_AZAEEL (MAIO A JUNHO DE 2025)

Tabela 1: Questões de investigação subjacentes as categorias e objectivos de análise.

Categoria /Objectivo geral/Dimensão	Objectivos Específicos/ Subdimensão	Métodos/técnicas de pesquisa aplicáveis	Principais questões de investigação	Participantes da pesquisa/Fontes/ Referências	Dados recolhidos (analisados)	Principais resultados (discutidos)	Principais conclusões/ Recomendações
Compreender as plataformas de verificação de factos públicos como garante do provimento de informação “verídica” em Moçambique.	1. Identificar as plataformas de verificação de factos públicos a partir da perspectiva de vários autores.	Revisão bibliográfica/ Inquérito por questionário/ Entrevistas semi-estruturadas.	<p>1. Que plataformas de <i>fact-checking</i> existem em Moçambique?</p> <p>2. Quem são os seus percursos e utilizadores?</p> <p>3. Quais são os seus objectivos e formas de actuação?</p> <p>4. Como são percebidas pelos comunicadores e jornalistas?</p>	Comunicadores; Jornalistas; Especialistas de media; Obras de Castells (2002); Brochado (2013); Empoli (2019); MISA-Moçambique (2025).	Nomeação das plataformas activas (Credível, MisaCheck); Percepções de jornalistas e comunicadores sobre visibilidade e legitimidade das plataformas.	As plataformas são percebidas como incipientes, centralizadas e pouco articuladas; Falta de cultura sistemática de <i>fact-checking</i> nas redacções.	Ampliar número de plataformas, garantir independência, diversificar fontes e actores (incluindo sociedade civil e academia). Criar rede nacional de <i>fact-checkers</i> .
	2. Descrever a funcionalidade da plataforma digital de	Observação/ Entrevistas semi-estruturadas.	1. Como está organizada a estrutura operacional da	Gestores e técnicos da “Credível”; Canais digitais da	Funcionamento vertical da plataforma, foco na	Estrutura multisectorial, mas discreta; lacunas na	Reconfigurar estratégia digital com uso de rádios

<p>verificação de factos públicos em Moçambique - “Credível”.</p>		<p>“Credível”?</p> <p>2. Quais são os seus métodos e procedimentos de trabalho?</p> <p>3. Que ferramentas tecnológicas e canais utiliza?</p> <p>4. Quem é o seu público-alvo e que tipo de Feedback recebe?</p>	<p>plataforma; Relatórios e normativos do GABINFO; Obras de Castells (2002), Jenkins (2009), Lévy (1999); Documentos da UNESCO (2023); Observação dos canais digitais da plataforma.</p>	<p>rotulagem de comunicados; uso de canais como WhatsApp, Facebook e rádio. Observação de baixa frequência de actualização do portal.</p>	<p>visibilidade e transparência pública; baixo envolvimento das comunidades.</p>	<p>comunitárias, adaptação linguística e envolvimento de actores locais. Garantir <i>feedback</i> e prestação de contas.</p>
<p>3. Examinar a eficácia da “Credível” no provimento da informação verídica em Moçambique.</p>	<p>Inquérito por questionário/ Entrevistas semi-estruturadas/ Análise de conteúdo digital.</p> <p>2. Dimensões: A: Serviço (corpus) B: Provedor/gestor) C: Publico-usuário/ beneficiário</p>	<p>1. A “Credível” cumpre os seus objectivos?</p> <p>2. Qual é o seu impacto junto ao público?</p> <p>3. Que percepção os utilizadores têm da sua eficácia e utilidade?</p> <p>4. Qual é a estrutura de</p>	<p>Técnicos de comunicação/Comunicadores do Governo/Público urbano digital/Obras de Empoli (2019); Murray (2003); MISA 2025; UNESCO (2023).</p>	<p>Respostas de 38 participantes no inquérito; entrevistas com jornalistas e gestores; observação dos canais digitais.</p>	<p>Plataforma é percebida como útil mas pouco interactiva, limitada geograficamente e sem independência editorial clara. Utilizadores reconhecem esforço mas criticam fraca articulação e retorno</p>	<p>Reforçar mecanismos de avaliação pública, transparência metodológica, descentralização operacional e independência editorial. Criar modelo de <i>governance</i> em rede com <i>stakeholders</i> diversos.</p>

			gestão/técnica e sua formação?			limitado.	
			5. Quais são os seus desafios, limitações e perspectivas de sustentabilidade ?				
	4. Sugerir estratégias para uma comunicação pública adequada ao contexto moçambicano na Era digital.	Entrevistas com especialistas de Comunicação/ Sistematização de boas práticas/Análise comparativa (Moz, África, global).	1. Que práticas poderiam tornar a “Credível” mais eficaz e inclusiva? 2. Como integrar literacia digital, rádios comunitárias e línguas locais? 3. Que tecnologias e políticas públicas podem ser adoptadas? 4. Quais são as sugestões dos diferentes públicos?	Especialistas em media e <i>fact-checking</i> / Representantes da sociedade civil; Referências de Hobbs (2010); Jenkins (2019); UNESCO (2023); MISA (2025).	Recomendações de Rui Lamarques, Ernesto Nhanala e Mendes Mutenda; sugestões de descentralização, educação digital, articulação em rede e financiamento ético.	Propostas concretas de descentralização do <i>fact-checking</i> ; necessidade de integração com escolas, OSCs, rádios e clubes juvenis.	Criar plano estratégico multisectorial; implementar programa nacional de literacia digital e de formação para verificadores locais; garantir sustentabilidade por meio de parcerias e inovação local.

Fonte: Baseado em Afonso, S. (2020)

ANEXOS

ANEXO I - CREDENCIAL ATRIBUÍDA AO PESQUISADOR PELA ECA - UEM



Escola de Comunicação e Artes

À

GABINFO – Gabinete de Informação

Att: Dra. Emília Jubileu Moiana

Maputo

MAPUTO

N/Ref 452/ECA/2024

Maputo: 22.11.2024

Assunto: Pedido de Recolha de Dados

A Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, oferece o Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão dos Media Digitais, desde o ano de 2021. Uma das componentes curriculares previstos no programa curricular do mesmo curso, é a realização do trabalho final.

Neste sentido, a ECA vem por meio desta, solicitar a V. Excia. autorização para a realização do trabalho de recolha de dados do Mestrando **Azael Edson Moiana**.

Com os melhores Cumprimentos

O Coordenador

Doutor Fulgêncio F. Muchisse Fulane
(Professor Assistente)

Av. Julius Nyerere, n° 3453, Campus Principal, C. Postal 257, Tel.: (+258) 21 402028, Fax.: (+258) 21 402029,
Maputo – Moçambique

ANEXO II - RESOLUÇÃO Nº 43/2017 (ESTRATÉGIA NACIONAL DE BANDA LARGA 2017-2025)

Sexta-feira, 27 de Outubro de 2017

I SÉRIE — Número 168



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 43/2017:

Aprima a Estratégia Nacional de Banda Larga.

Resolução n.º 43/2017:

Receber a Fundação Armindo Emilio Chabua, a qualidade de órgão de direção não penalidade jurídica e a qualificação respectivo Estatuto.

Resolução n.º 43/2017:

Anúncia provisoriedade e pedido da Sociedade NUNITEI, Ltd. de aquisição do Distrito de Iloilo e Aproveitamento de Terra, relativo a uma área de 17 000 hectares mil e noventa hectares, localizada no Posto Administrativo de Magoetane, no Distrito de Magde, Província de Inhambane, a Fazenda do Bravio, decretando no processo cadastral n.º 19750 28/01.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 43/2017

de 27 de Outubro

Having the necessity of establishing a National Strategy for the implementation of Infra-structures and Services Banda Larga with a view to the development of the telecommunications sector, the Council of Ministers, on the basis of the report of the Commission of Ministers, on the subject of the proposed to the article 13 of the Law n.º 4/2016, of 31 of June, on the Telecommunications, of the Council of Ministers determine:

Article 1.º É aprovada a Estratégia Nacional de Banda Larga, em anexo, que é parte integrante da presente Resolução.

27 DE OUTUBRO DE 2017

2305

2306

2307

2308

2309

2310

2311

2312

2313

2314

2315

2316

2317

2318

2319

2320

2321

2322

2323

2324

2325

2326

2327

2328

2329

2330

2331

2332

2333

2334

2335

2336

2337

2338

2339

2340

2341

2342

2343

2344

2345

2346

2347

2348

2349

2350

2351

2352

2353

2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370

2371

2372

2373

2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

2381

2382

2383

2384

2385

2386

2387

2388

2389

2390

2391

2392

2393

2394

2395

2396

2397

2398

2399

2400

2401

2402

2403

2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

2426

2427

2428

2429

2430

2431

2432

2433

2434

2435

2436

2437

2438

2439

2440

2441

2442

2443

2444

2445

2446

2447

2448

2449

2450

2451

2452

2453

2454

2455

2456

2457

2458

2459

2460

2461

2462

2463

2464

2465

2466

2467

2468

2469

2470

2471

2472

2473

2474

2475

2476

2477

2478

2479

2480

2481

2482

2483

2484

2485

2486

2487

2488

2489

2490

2491

2492

2493

2494

2495

2496

2497

2498

2499

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508

2509

2510

2511

2512

2513

2514

2515

2516

2517

2518

2519

2520

2521

2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529

2530

2531

2532

2533

2534

2535

2536

2537

2538

2539

2540

2541

2542

2543

2544

2545

2546

2547

2548

2549

2550

2551

2552

2553

2554

2555

2556

2557

2558

2559

2560

2561

2562

2563

2564

2565

2566

2567

2568

2569

2570

2571

2572

2573

2574

2575

2576

2577

2578

2579

2580

2581

2582

2583

2584

2585

2586

2587

2588

2589

2590

2591

2592

2593

2594

2595

2596

2597

2598

2599

2600

2601

2602

ANEXO III - RECORTES DO RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DA DESINFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 2024 ⁵



Ficha Técnica / Technical information

MISA-Moçambique

Título / Title: Relatório Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa e da Desinformação em Moçambique (2024) / Report on the State of Press Freedom and Disinformation in Mozambique (2024)

© MISA – Maputo, Maio de 2025 / © MISA – Maputo, May 2025

Como citar o documento: /How to cite the document:
 "MISA (2025). Relatório Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa e da Desinformação em Moçambique - 2024. Maputo: MISA-Moçambique"

"MISA (2025). Report on the State of Press Freedom and Disinformation in Mozambique - 2024. Maputo: MISA-Mozambique"

Endereço / Address:
 Avenida Agostinho Neto, nº788, 1º andar, Bairro da Sommerschild
 Caixa Postal/P.O. Box: 615
 Maputo
 Moçambique/ Mozambique
 Telefone: / Phone: +258 21423839
 Email: info@misa.org.mz ; misamozambique@gmail.com
 http://www.misa.org.mz

Parceiros / Partners:
 IGUAL, CESC, Reino dos Países Baixos, NED, Noruega, IMS (União Europeia), UNESCO (IPDC).

As opiniões e conclusões vertidas neste relatório não vinculam os parceiros do MISA Moçambique. / The opinions and conclusions expressed in the report are not binding on the MISA partners.

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DA DESINFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 2024

REPORT ON THE STATE OF PRESS FREEDOM AND DISINFORMATION IN MOZAMBIQUE 2024

Quando o Jornalismo e a verdade são atacados em meio a disputas políticas

"A polícia atirou contra jornalistas [...] fomos vítimas e impossibilitados de fazer o nosso trabalho" – jornalista.

"Quando a polícia atirou [...], todos fugimos [...]. Nessa fuga, uma bala de gás lacrimogénio atingiu-me no meu pé. Tive perfurações no pé esquerdo. Sangrei muito" – operador de câmara.

"Caiu e quando chei para a minha perna direita, estava a sangrar. Era uma capsula de gás lacrimogénio que acabava de me atingir."

When Journalism and Truth Are Attacked Amid Political Disputes

"The police shot at journalists [...] we were victims and unable to do our job" – journalist.

"When the police shot [...], we all fled [...]. In that escape, a tear gas canister exploded in my foot. I had perforations in my left foot. I bled a lot" – cameraman.

"I fell and, when I looked at my right leg, it was bleeding. It was a tear gas canister that had just hit me" – another cameraman.



O Cenário Geral das Liberdades de Imprensa em 2024

Ataques físicos, intimação, repressão, limitações às manifestações e assédio a jornalistas e activistas, entre outras formas de violação dos direitos humanos e ataques às liberdades de expressão e de imprensa, tornaram-se cada vez mais comuns em Moçambique. Este quadro é particularmente crítico durante períodos eleitorais, quando disputas pelo poder agravam as tensões e a polarização política, com repercussões sérias no exercício das liberdades fundamentais.

The Big Picture of Press Freedoms in 2024

Physical attacks, intimidation, repression, limitations on demonstrations and harassment of journalists and activists, among other forms of human rights violations and attacks on Freedom of Expression and of the Press, have become increasingly common in Mozambique. This situation is particularly critical during election periods, when power struggles aggravate tensions and political polarisation, leading to serious limitations on the exercise of Fundamental Freedoms.

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DA DESINFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 2024

REPORT ON THE STATE OF PRESS FREEDOM AND DISINFORMATION IN MOZAMBIQUE 2024

direitos, de entre os quais o pagamento de salários atrasados, horas extraordinárias e enquadramento na tabela Salarial Única (TSU).

Alexandre Mário não aceitou prestar declarações ao jornalista, e já dentro da viatura do Estado que conduzia, avançou a alta velocidade, atropelando o jornalista e danificando parte do seu equipamento de trabalho. Agostinho processo o director, mas o tribunal encerrou o caso, por insuficiência de provas. perante a decisão do tribunal, o director distrital de Educação contrariou com um novo processo contra o jornalista, acusando-o de o ter difamado.

Alexandre Mário refused to answer questions from the journalist, and while already in the Government vehicle that he was driving, took off at high speed, running over the journalist and damaging his equipment. Agostinho sued the director, but the court dismissed the case due to lack of evidence. Emboldened by the court's decision, the district director of Education countersued the journalist, accusing him of defamation.

A desinformação e a crise das liberdades digitais

Durante o ano de 2024 e, particularmente durante as eleições e a crise eleitoral, e mais embora visando garantir a integridade da informação, o MISA voltou a detectar e reportar casos de desinformação. Através da sua unidade de verificação de factos (MisaCheck), o MISA detectou pelo menos 28 casos de desinformação no período entre Julho e Dezembro. Os casos distribuíram-se pelas seguintes categorias: a) Falso (14 casos), b) conteúdo manipulado (7); c) informação não comprovada (6); d) verdade, no entanto (1); e) informação em análise (1) e f) verdade (1). Na sua maioria, os casos relacionam-se com as eleições e a crise pós-eleitoral.

Disinformation and the crisis of digital rights

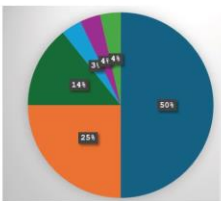
During the year 2024, and particularly during the elections and the crisis thereafter, MISA again detected and reported cases of disinformation. Through its fact-checking unit (MisaCheck), MISA took notice of at least 28 cases of disinformation in the period between July and December. The cases are categorised as: a) false (14 cases); b) manipulated content (7); c) unproven information (6); d) truth, however (1); e) information under analysis (1) and f) truth (1). Most of the cases are related to the elections and the post-election crisis.

Predominância do "falso"

As we can see, the mostly used category was that of "false," which reflects a high degree of completely fabricated information aimed at manipulating the facts.

Predominância do "falso"

Conforme se constata, a categoria mais usada foi o "falso", reflectindo um alto padrão de informações completamente inventadas, apenas com o intuito de manipular factos.



Categoria	Porcentagem
Falso	50%
Informação não comprovada	24%
Verdade, no entanto	1%
Informação em análise	1%
Verdade	1%
Contexto manipulado	14%
Upstream information	7%
Truth, however	6%
Information under analysis	1%
Truth	1%

⁵ Fonte: [Relatorio-do-estado-da-Liberdade-de-Imprensa-e-da-Desinformacao-em-Mocambique-2024.pdf](#)